



MUNICÍPIO DE
ITAPUCA
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Itapuca, julho de 2025.

SUMÁRIO

1. Dados de Identificação
2. Apresentação
3. Considerações sobre a Realidade
4. Contextualização
5. Referencial Teórico
6. Temas Transversais Obrigatórios
 - 6.1. História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena
 - 6.2. Diversidade Cultural
 - 6.3. Pluralidade Cultural
 - 6.4. Música
 - 6.5. Prevenção ao uso Indevido de Drogas
 - 6.6. Enfrentamento à violência contra a Criança e o Adolescente
 - 6.7. Direito das Crianças e Adolescentes – Lei nº 11.525/07
 - 6.8. Dia do Brincar
 - 6.9. Vida Familiar e Social
 - 6.10. Direitos Humanos- PNEDH-3 (Decreto 7037/2009)
 - 6.11. Sexualidade Humana e a questão de Gênero
 - 6.12. Processo de Envelhecimento, Respeito e valorização do Idoso
 - 6.13. Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying
 - 6.14. Prevenção da Violência contra a Mulher
 - 6.15. Educação Alimentar e Nutricional (Lei Federal 11.947/2009)
 - 6.16. Trabalho
 - 6.17. Educação para o Consumo
 - 6.18. Educação Financeira
 - 6.19. Educação Fiscal
 - 6.20. Educação Ambiental
 - 6.21. Educação Computacional
 - 6.22. Ciência e Tecnologia
 - 6.23. Promoção da Saúde Mental aos Profissionais da Educação
 - 6.24. Cumprimento a Lei Lucas
 - 6.25- Ambiente Escolar Seguro

- 6.26. Combate à Violência e Ataques nas Escolas e Promoção de Cultura de Paz
- 6.27. Código de Trânsito Brasileiro- Educação para o Trânsito (LEI FEDERAL 9.503/97)
- 7. Atendimento Educacional Especializado
- 8. Intervenções Pedagógicas
- 9. Distorção Idade / Série
- 10. Proposta para Estudo e Aprofundamento
- 11. Filosofia da Escola
- 12. Metodologia
- 13. Áreas do Conhecimento
- 14. Metas
 - 14.1. Valorizar a Escola e o Processo de Ensino-aprendizagem
 - 14.2. Reivindicar Recursos Físicos e Humanos para a Valorização da Escola perante o Poder Público
 - 14.3. Valorizar as Relações de: Família X Educando X Escola
 - 14.4. Transformar a Escola em um Ambiente Saudável para: Aluno – Professor- Pais- Comunidade
 - 14.5. Valorizar os Professores e Funcionários
 - 14.6. Desenvolver o Senso Crítico e a Autonomia dos Alunos
 - 14.7. Ensino e Aprendizagem de Qualidade
- 15. Busca Ativa E Sistema FICAI
- 16. Círculo de Pais e Mestres (CPM)
- 17. Avaliação
- 18. Bibliografia

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Mantenedora: Secretaria Municipal de Educação e Esportes
2. Instituição: Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski
3. Endereço: Rua Arquimedes Boccardi, 615. Itapuca/RS
4. Telefone: (51) 996233642
5. Data de Criação da Escola: 18 de novembro de 2008
6. Nível de Ensino: Ensino Fundamental
7. Modalidade: Regular
8. Turno de Funcionamento: Manhã e Tarde
9. Secretária Municipal de Educação e Esportes: Analice Sebben Casagrande
10. Secretária Adjunta de Educação e Esportes: Monalíze Burille
11. Diretora: Marilde Nunes Benedito
12. Vice-diretora: Lucimone Scorsatto Borges
13. Coordenadora Pedagógica: Zoiane Pastori da Luz
14. Professores:
 - Adriane Casagrande D. Livinalli
 - Andréia Scaion Maia
 - Aneto José Alves
 - Carina Cavalini de Lima
 - Carla Ajala Costa
 - Cinara Isabel Sartori Vicari
 - Cleuseane Citron Pagnussatt
 - Eledriano Scorsatto
 - Elenice Maurer Floriano
 - Elisandra Scaion Canto
 - Elizete Genessini Boccardi
 - Estela Scorsatto
 - Fabiane Formagini
 - Giovani de Farias Dall Bosco
 - Gisela Farias
 - Giseli Pancotte Borelli
 - Laura Macedo Mistura
 - Marta Sgarbóssa Reck
 - Micheline de Almeida
 - Vanessa Vescovi
 - Zozielli da Luz da Silva
15. Funcionárias:
 - Daiane Cristina Canabarro
 - Janete Terezinha Lima Borges
 - Maria de Lurdes de Andrade
 - Paola Gomes Martini
 - Suzana de Lima Taborda
16. Monitor Escolar:
 - Aniceto Formagini

2. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

A importância do PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

O objetivo da reconstrução do Projeto Político-Pedagógico é fazer com que esse instrumento sirva para que ocorra mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem. A concepção fundamenta-se de que ele é a própria essência do trabalho que a escola desenvolve no âmbito de seu contexto histórico, o que significa a singularidade de cada projeto.

O processo desenvolvido coletivamente, envolvendo toda a comunidade escolar, resultou em um Projeto Político-Pedagógico, com uma contextualização atualizada, a construção de um referencial teórico, o estabelecimento de uma metodologia, metas e a produção da avaliação.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE

O município de Itapuca localiza-se na Encosta Inferior Nordeste, fazendo parte da Microrregião do Alto do Taquari. Possui uma área de 190 km² distribuídos entre regiões de campos, matas nativas e de agricultura. Conta com uma população de aproximadamente 2.000 habitantes, conforme censo IBGE 2022. Seu relevo constitui-se de serras e planaltos e é banhado por um número expressivo de arroios e pelos rios Forqueta e Guaporé.

No aspecto histórico, consta que sua colonização ocorreu anteriormente a 1890, através de famílias de origem Portuguesa como: Ferreira, Andrade, Borges e Taborda. No começo do século XX, instalou-se a primeira leva de imigrantes italianos, provindos de Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis e Caxias do Sul com as famílias Pancotte, Boccardi, Marafon, Zanette.

Emancipou-se do município de Arvorezinha em 20 de março de 1992.

Com o início da colonização italiana, surgiram as primeiras escolas; sendo que o município conta atualmente com duas Escolas Municipais e uma Escola Estadual.

É difícil dimensionar até que ponto o trabalho em educação desenvolvido no município vem contribuindo para a existência do homem e da sociedade ideal. Sendo assim, algumas ações vêm se desenvolvendo a fim de se caminhar rumo ao ideal desejado. No entanto, sendo a educação um processo dinâmico e de contínua evolução e melhoria, alguns aspectos requerem que se tenham considerações como:

- Transporte escolar tornando o Ensino Fundamental acessível a todos- no entanto, é ainda necessário alguns avanços em termos de horário e condições dos veículos;

- Embora existam prédios em boas condições, materiais didáticos acessíveis, ainda existe em alguns casos, necessidade de disponibilidade de mais verbas, melhores equipamentos, adequação tecnológica (como computador, televisão, vídeo), ampliação das bibliotecas escolares;

- Os professores encontram-se em processo de qualificação através da frequência a cursos de formação buscando sempre atualização constante;

- A evasão escolar e a reprovação estão diminuindo razoavelmente, embora haja um esforço significativo para a melhoria da aprendizagem e dos índices;

No aspecto econômico, a agricultura e a pecuária servem de sustentação econômica ao município. A criação de suínos, gado de corte e gado de leite lideram o segundo setor, já a soja, a erva-mate, o fumo e o milho ocupam a maior área de terra.

O comércio é pouco desenvolvido restringindo-se ao atendimento de necessidades básicas. No que se refere a saúde, há atendimento médico, odontológico e ambulatoriais, exames laboratoriais, fisioterapeuta, atendimento psicológico no município, e as demais necessidades, são encaminhadas para especialistas em outras cidades.

O aspecto cultural constitui a grande riqueza do município, especialmente pelo patrimônio artístico e arquitetônico da Igreja Matriz, cujos painéis interiores apresentam pinturas de grande beleza e expressão artística. Ainda vale salientar a influência cultural da etnia italiana nas construções em madeira, na culinária e nos usos e costumes. Assim, aspectos da língua, da religiosidade, do lazer são marcas cotidianas da herança cultural dos primeiros colonizadores. Aliados a isso, estão os usos e costumes da zona de campo, onde a vivência das tradições de gaúcho, de origem portuguesa também é evidente, garantindo uma diversidade cultural que não pode ser desconsiderada na escola.

A exuberância da vegetação, com suas cachoeiras e esplendorosas quedas d'água descem as encostas rumo ao Vale do Taquari, apresentando uma paisagem dividida entre campos limpos e o que restou das florestas derrubadas durante a colonização.

Tudo isso compõe e é composto pela vida, pela caminhada deste povo que trama um tecido rico em torno da educação e da escola que não pode deixar de ser considerado.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO

O contexto mundial está sendo marcado por movimentos incessantes de conceitos, modelos e alternativas de toda ordem. Há uma insatisfação geral, ao que se pode fazer. A dinâmica de superação desses processos de busca é movida por insatisfações que têm predominado em vários setores da sociedade, manifestada, muitas vezes, de forma coletiva ou individual. Há a necessidade de retomar as garantias do direito de todos, num sentido amplo, e do exercício pleno da cidadania, que tem implicações diretas na melhoria das condições de vida de cada cidadão.

Diante desse impasse é preciso ressaltar que a educação, embora tenha sido objeto de severas críticas no que tange ao seu desempenho, tem um papel decisivo nessa busca por constituir um caminho possível para a inserção social.

A nova proposta de educação tem como meta a garantia da democratização da educação, independentemente das particularidades dos alunos, sendo um novo movimento pedagógico, com características democráticas e pluralistas, que pretende não somente o acesso, mas também, a permanência e o sucesso de cada aluno nos níveis estruturais do sistema educacional e o respeito por sua identidade social.

O presente momento é um tempo complexo em que precisamos estar preparados para enfrentar a realidade, convivendo democrática e pacificamente, respeitando as particularidades e a diversidade social, sem esquecer a necessidade da equidade em todas as situações.

Precisamos estar bem em nossas relações, para que possamos assumir posturas positivas diante de desafios que a vida nos oferece e com isso, crescermos enquanto pessoa.

Vivemos, hoje, num “mundo desenvolvido”, numa intensa expansão econômica, que firmou o padrão de industrialização e consumismo, esses padrões são reconhecidos como maior responsável pela crise ecológica no planeta. É tempo de globalização, tendência que se manifesta mundialmente, impondo mudanças de paradigmas para o tratamento do saber.

No campo da educação, percebemos que há um considerável progresso diante dos recursos dispendidos para a melhoria do ensino, os quais consistem no uso dos aparatos tecnológicos e das

bibliografias que proporcionam o desenvolvimento intelectual e a interdisciplinaridade. Desta forma, busca-se a formação de educandos críticos e pensantes, os quais contribuirão para a formação de uma sociedade melhor.

Nesse contexto encontra-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski, localizada na Rua Arquimedes Boccardi, nº 615, no município de Itapuca, estado Rio Grande do Sul, a qual possui uma demanda de 192 alunos matriculados no Ensino Fundamental de (9) nove anos. Esta instituição conta com uma boa infraestrutura e acessibilidade (nove salas de aula, uma sala de Telecentro Comunitário- uma sala de direção, uma biblioteca, uma cozinha, um refeitório, três banheiros, pátio cercado e um ginásio poliesportivo), conseguindo assim suprir as necessidades desta demanda. A Escola M. E. F. João Claudir Caproski conta com a colaboração de vinte e um professores, uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica, um monitor escolar e cinco funcionárias na parte da limpeza e merenda escolar.

A função da nossa escola tem sido formar cidadãos críticos, responsáveis, formadores de opiniões e participantes do contexto social; oferecer acesso à cultura geral, ao conhecimento sistematizado, ampliando, assim, seus horizontes. Além disso, a escola trabalha os direitos e deveres do cidadão, ética, cidadania, temas transversais e atuais.

A maioria dos pais pouco participa voluntariamente no cotidiano de nossa escola, de momentos culturais, intelectuais, recreativos, festivos, etc. Vindo apenas quando são convocados.

Os professores, gestores, demais funcionários, pais e alunos esperam do trabalho da escola a valorização e respeito às opiniões diversas, obtendo consenso entre ambos; um ambiente agradável e estimulante; trabalho em equipe; resultados positivos contribuindo para a Educação de qualidade; despertar no aluno, o interesse da importância do estudo para o ser humano, construindo valores e cidadania e a busca por mais conhecimento.

A Escola, ao longo dos anos, vem formando alunos, que hoje estão inseridos na sociedade, em funções diversificadas no mercado de trabalho. Porém mesmo com toda dedicação e trabalho realizado, ainda há alunos sem perspectiva de um futuro melhor.

Quando incentivados e estimulados, os alunos buscam mais conhecimentos, fazem pesquisas e têm interesse em participar e aprender mais. Na relação ensino-aprendizagem a maioria dos alunos apresenta uma aprendizagem regular, tendo aqueles que se sobressaem e outros que apresentam capacidade inferior à média.

Nossos alunos são, na maioria das vezes, interessados, capazes de aprender e interagir com o mundo, construindo conhecimentos. Mas ainda, precisam constantemente de estímulos, pois apresentam certa carência afetiva e algumas dificuldades em organizar seu material, seus pertences, bem como os materiais da escola.

Podemos contribuir significativamente para a mudança da realidade, ampliando horizontes, através do conhecimento, para isso contamos com um Telecentro Comunitário com internet, biblioteca, equipamentos multimídia, jogos educativos, e professores interessados na aprendizagem dos educandos. Ainda assim, percebe-se a necessidade de maiores investimentos na aprendizagem dos alunos, tais como: passeio cultural e educativo, viagem de estudo, visita a feiras do livro e aquisição de um número significativo de exemplares, materiais esportivos e mais jogos educativos, bem como melhoramento aos equipamentos tecnológicos e a possibilidade de acesso mais amplo aos mesmos pelos educadores.

A função do professor de escola pública é formar cidadãos críticos, responsáveis, atuantes, que tenham visão de mundo, sendo um mediador da aprendizagem. Que haja um trabalho em conjunto, com objetivos comuns, que cada um cumpra com suas responsabilidades em prol do todo (comunidade escolar), são algumas expectativas.

A escola está empenhada em mudar a realidade do ensino dentro da comunidade escolar, visando melhorar sempre, sente-se em crescimento palpável, porém acredita-se na necessidade de caminhar mais no sentido de se conseguir uma unidade de trabalho interdisciplinar, na qual o empenho de todos é fundamental, pois a caminhada deve ser participativa e constante.

Para tanto, precisa-se de educadores dinâmicos, críticos e dialógicos, comprometidos com uma ação transformadora, buscando na força interior que anima, integra, liberta, fortalece e sustenta o processo, através da prática educativa, na busca constante de atualização, aprofundamento teórico, investigação pesquisa, ampliação da capacidade reflexiva e metodológica, educadores são sujeitos de seu fazer pedagógico.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

O mundo em que vivemos passa por constantes transformações. Há uma busca por pessoas idealistas, pensantes, mentes dialógicas e ideias construtivistas.

Sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e que saibam conviver com diferentes costumes harmonicamente, que interagem entre si constituindo uma comunidade organizada.

Escola é um espaço público para a convivência fora da vida privada, íntima, familiar. Ao nos capacitarmos para a convivência participativa na escola, participamos de um processo de aprendizagem que também nos ensina como participar do restante da vida social.

A escola é o local próprio para a sociedade se interrogar, refletir a respeito de si mesma, em que deve haver debate, uma constante busca e, sobretudo, deve-se ter coragem de arriscar na busca do novo, conhecer o passado para construir no presente e planejar para o futuro sempre algo novo.

Escola é o lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, O coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém; nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela”! Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. **(Paulo Freire, 2003, p. 66)**

A educação serve para ajudar o aluno a funcionar sem certeza, num mundo de mudanças constantes e ambiguidades que confundem, ou seja, buscando constantemente o conhecimento.

“Educar-se”, conforme Gandin, consiste em:

1. “definir e buscar à própria identidade” (pessoal e de grupo);
2. apropriar-se de instrumentos para participar na sociedade;
3. assumir um compromisso social;
4. aceitar algum tipo de transcendência.

Uma pessoa educada é, então, aquela que:

- continuamente busca sua própria identidade e participa na construção da identidade de algum grupo;
- domina instrumentos para participar utilmente na sociedade;
- sabe que faz parte de um grupo social, respeita seus semelhantes, tem consciência da existência de estruturas sociais e se propõe a construí-las (reconstruí-las) em conjunto com os outros;
- é capaz de pensar e de vivenciar algo além de seus interesses imediatos (além do dinheiro, do poder e do prazer); em outras palavras, é capaz de incorporar à sua vida a dimensão do que nos é superior, chegando possivelmente até Deus.”

A opção pela educação cooperativa, portanto, pressupõe para a escola o desafio de abandonar o “medo da democracia” e de afirmar seu compromisso com a construção de um processo de crescente inclusão e participação, que culmine com a conquista de maior liberdade. Todas as relações entre seres humanos são relações de poder; a saída para o problema está na forma como concebemos e nos relacionamos com o poder. Nesse sentido, a educação cooperativa, como proposta multidisciplinar, baseada na ação coletiva e na constante reflexão crítica sobre experiências concretas de alunos, pode oferecer elementos importantes para a construção de uma educação baseada na solidariedade e na transformação das relações sociais geradoras de opressão, competição, exclusão, alienação e preconceito.

O ser humano é um sujeito em formação constate que se constrói no mundo, sendo ele um portador de potencialidade, capacidade, criticidade, autonomia e liberdade de expressão. O cidadão

somente se torna consciente e responsável se tiver uma prática participativa. É através desta participação que o ser humano tem condições de desenvolver suas potencialidades, tornando-se responsável, consciente e criativo.

O homem é um ser dinâmico e se acha em constante devenir. O homem está em permanente processo de transformação e vai se constituindo ao longo de toda a história. Portanto, o homem é um ser em constante mudança. Pode definir a sua vida pela sua capacidade de decidir, o homem pode definir o seu presente e o seu futuro; é um ser dotado de discernimento, de maneira que pode tomar a sua própria vida nas mãos e definir os seus rumos. O homem é o único animal dotado da capacidade de escolha permanente. A vida não é determinada e ele pode, portanto, decidir os rumos da sua existência; dotado de livre arbítrio, pode constantemente usar da sua liberdade para construir e reconstruir o mundo, para modificar-se e modificar o mundo. É um ser do diálogo, constituindo-se permanentemente com os outros. No outro eu sou e me faço no outro; o outro é a minha possibilidade de ser. A alteridade me constitui como ser na relação permanente, pois descobre o outro reciprocamente; o outro torna possível a palavra. É um ser incompleto, profundamente finito e em busca e procura permanente; quer o ilimitado, quer o infinito, quer o inconcluso. O homem é um ser inquieto e insaciável em todos os dias da sua vida. Ele é um ser criador, podendo criar símbolos, criar palavras, criar utopias, criar sonhos, criar novas formas de vida, permanentemente.

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. (RCNEI, 1998, p.21/22)

Existem também famílias com uma estrutura de pais únicos ou monoparental, tratando-se de uma variação da estrutura nuclear tradicional devido a fenômenos sociais, como o divórcio, óbito, abandono de lar, ilegitimidade ou adoção de crianças por uma só pessoa. A família assume uma

estrutura característica. Por estrutura entende-se, “uma forma de organização ou disposição de um número de componentes que se inter-relacionam de maneira específica e recorrente” (WHALEY e WONG, 1989; p. 21).

A família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais.

Como toda a sociedade tem a necessidade de um conhecimento metódico e sistematizado, a ser repassado de geração a geração, surge então a escola. E o papel fundamental da escola será a socialização deste saber sistematizado.

As escolas precisam se preparar e preparar professores para que haja uma modificação social. Rever seus conceitos, projetos e metodologias.

O modo como ensinamos e aprendemos com nossos alunos hoje deve ser promovido através de buscar a aprendizagem, precisa querer entender o que se passa a sua volta e tentar modificar a sociedade.

Precisamos de pessoas agentes, que sonham e transformam seu sonho. Que lutam por seus direitos e ao mesmo tempo veem-se como ser único e capaz de transformar a realidade. Nossos métodos de ensino devem ser práticos, prazerosos, lúdicos e participativos, buscando o melhor num crescimento constante, desde a primeira etapa até a saída da escola, continuando em sua vida o processo de aprendizagem.

Currículo é o conjunto daquilo que se ensina e daquilo que se aprende, de acordo com uma ordem de progressão determinada, no quadro de um dado ciclo de estudos. Um currículo é um programa de estudos ou um programa de formação, mas considerado em sua globalidade, em sua coerência didática e em sua continuidade temporal, isto é, de acordo com a organização sequencial das situações e das atividades de aprendizagem as quais dá lugar.

O currículo como expressão de princípios e metas do projeto educativo deve promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula e estar de acordo com a BNCC.

O conhecimento é um processo construído socialmente. Nesse sentido, o conhecimento de algo só é possível se houver um sujeito que se inter-relacione com o mundo. A observação é fundamental para a educação que se propõe a uma auto avaliação constante dentro de um processo educativo que visa o crescimento, o pensar crítico, as mudanças que ocorrem na sociedade. Através da observação, nós conseguiremos construir um conhecimento mais claro de nossos anseios e dificuldades, em que buscamos ganhar novas respostas para nossos conflitos e limites, desta forma, chegaremos a visão de mundo integrado à prática pedagógica.

O conhecimento pode ainda ser aprendido como um processo ou como um produto. Quando nos referimos a uma acumulação de teorias, ideias e conceitos o conhecimento surge como um

produto resultante dessas aprendizagens, mas como todo produto é indissociável de um processo, podemos, então, olhar o conhecimento como uma atividade intelectual através da qual é feita a apreensão de algo exterior à pessoa.

Ensino não é só o acúmulo de informações, mas um conjunto de capacidades adquiridas e desenvolvidas de uma pessoa para outra. Todos podem ensinar e todos podem aprender, por isso, deve ser um momento de troca, de aperfeiçoamento e de crescimento para que se consiga enfrentar os desafios da vida profissional e social.

A aprendizagem pode ser definida como uma mudança relativamente permanente no comportamento que resulta da experiência.

Para Vasconcelos, ser professor, na acepção mais genuína, é ser capaz de fazer o outro aprender, se desenvolver criticamente. O professor é alguém que, em essência, pela própria especificidade de seu trabalho, traz a tradição, a cultura, novas formas de pensar e ver o mundo, o que necessariamente vai apontando para novos aspectos da realidade e, sobretudo, para outros valores (para além de econômico colocado hoje como o grande valor). O autêntico mestre é aquele que consegue estabelecer o diálogo na sua essência, e com isto desencadear uma prática libertadora, através da mediação.

A gestão escolar deve ser democrática mantendo a autonomia, deve ser atuante com todos os componentes: pais, alunos, professores, funcionários e comunidade em geral. Na tomada de alguma decisão consultar a todos e democraticamente escolher por aquilo que fique melhor para todos. Deve ser exemplo de pontualidade e assiduidade e estar disponível para resolver qualquer questão que envolva sua escola. O gestor escolar deve sempre estar em busca de uma qualidade total em sua escola, procurando mostrar para todos que o papel da escola é envolver toda a comunidade na busca da cidadania, mostrando que todos têm direitos, mas que, também, possuem seus deveres a serem cumpridos.

A formação profissional é uma exigência inquestionável ao indivíduo que se faz sujeito do seu próprio trabalho no mundo atual. Quando aqui pensarmos em formação, entendemos de processo permanente de ampliação da capacidade reflexiva, investigativa e metodológica.

Acreditamos ser a qualificação docente um princípio norteador de nossa ação educativa, visto que essa se dá no cotidiano do educador, através de sua prática constantemente pensada e avaliada. O pensar a prática, nos remete a uma busca constante de aprofundamento teórico, a investigação à pesquisa, ao estudo. A construção do conhecimento não pode ser reduzida apenas à dimensão cognitiva, mas também à integração do compromisso com o ser humano, cultivando os valores, a cidadania, os sonhos, as esperanças.

A participação é peça fundamental no processo de educação para a cidadania. Pensamos e acreditamos que a cidadania é fruto de um processo permanente de construção, que acontece a partir da capacidade do cidadão de pensar coletivamente no viver social, estabelecendo relações de igualdade, fraternidade, dignidade e respeito com o outro.

Uma de nossas tarefas urgentes é trazer a participação maciça da comunidade a serviço da educação, para que esta não fique reduzida a pequenos grupos, mas comprometidos com o ensino. O compromisso de incentivo à educação ultrapassa os limites da escola.

Em relação a tudo isso, deve-se levar em consideração que o CNE/CEB da Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010, fixa Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a serem observadas na organização curricular dos sistemas de ensino e de suas unidades escolares. Por isso, que a escola deve ser comprometida e oferecer igualdade de acesso a todos.

Além disso, obrigatoriamente a História e a Cultura Indígena e Afro-brasileira, Diversidade Cultural e Pluralidade Cultural farão presentes nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, em Arte, Literatura e História do Brasil. Assim como o Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão. Já a Música constituirá conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte. É determinado, também, que sejam incluídos temas relativos à Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso, à Educação para o Trânsito (LEI FEDERAL 9.503/97), à Prevenção ao uso Indevido de Drogas, à Educação Ambiental, à Educação Fiscal, ao Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente, Direito das Crianças e Adolescentes – Lei nº 11.525/07, à Sexualidade Humana e a questão de Gênero, ao Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying, à Prevenção da Violência contra a Mulher, aos Direitos Humanos- PNEDH-3 (Decreto 7037/2009), à Educação Alimentar e Nutricional (Lei Federal 11.947/2009), à Educação Financeira e à Educação Computacional, Educação para o Consumo, Dia do Brincar, à Ciência e Tecnologia, à Vida Familiar e Social, ao Trabalho, à Promoção da Saúde Mental aos Profissionais da Educação, ao Cumprimento a Lei Lucas, ao Ambiente Escolar Seguro, ao Combate à Violência e Ataques nas Escolas e Promoção de Cultura de Paz.

A Educação Especial, amparados na legislação, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência física, intelectual, auditiva, múltiplas, transtornos do espectro autista (TEA) e alunos com altas habilidades/superdotação, nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão.

O Telecentro Comunitário situado na escola é utilizado também como Laboratório de Pesquisa, no qual é utilizado como um recurso, uma ferramenta para a construção do conhecimento. As atividades desenvolvidas pelos alunos de 1º a 9º ano, no Telecentro devem ser planejadas sobre

determinados temas ou conteúdos didáticos de uma disciplina ou de forma interdisciplinar, integrando estas mídias na prática pedagógica de forma a qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

A organização do trabalho pedagógico da escola deve ser direcionada no contexto da diversidade cultural, na perspectiva de uma proposta de formação humana integral e de garantia do acesso à educação e ao direito à aprendizagem. A hora atividade deve ser o momento em que o professor irá planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar.

De acordo com a instrução no 001/2015 – SUED/SEED: “A hora atividade constitui-se em tempo reservado aos professores em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, participação em formação continuada, preferencialmente de forma coletiva, devendo ser cumprida na instituição de ensino onde o professor esteja suprido, em horário normal das aulas a ele atribuído”.

De acordo com o art. 28 do Plano de carreira do Magistério de Itapuca, o regime normal de trabalho dos professores será definido de acordo com a área de atuação para a educação básica, em relação a qual seu provimento ficará atrelado. Para os professores da educação infantil, séries iniciais ou das séries finais do ensino fundamental, a carga horária será de 20 (vinte) horas semanais, sendo que 20 % (vinte por cento) deste período fica reservado para horas de atividades.

Ainda, segundo o art. 29, as horas de atividades são reservadas para preparação de aulas, planejamento, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, contatos com a comunidade, formação continuada e colaboração com a administração da escola e outras atividades a serem realizadas na forma definida pelo respectivo projeto político-pedagógico. O único o local e a forma de cumprimento da hora-atividade serão na escola onde o servidor está lotado.

6 – TEMAS TRANSVERSAIS OBRIGATÓRIOS

6.1-História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena

Implementação da Lei nº 11.645/08 para a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim, o trabalho com esse desafio tem como intuito promover o reconhecimento dos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e

dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

A Resolução do CME nº 01/2015 de 29 de junho de 2015 instituiu normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem desenvolvidas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Municipal de Ensino de Itapuca. A referida norma estabelece os seguintes objetivos:

- A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, assim como de atitudes, posturas e valores que preparem os cidadãos para uma vida de fraternidade e partilha entre todos, sem as barreiras estabelecidas por séculos de preconceitos, estereótipos e discriminações que fecundaram o terreno para a dominação de um grupo racial sobre outro, de um povo sobre outro.

- O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

No Brasil, os povos indígenas têm reconhecidos suas formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras. A extensão desses direitos no campo educacional gerou a possibilidade de os povos indígenas se apropriarem da instituição escola, atribuindo-lhe identidade e função peculiares.

A escola, espaço histórico de imposição de valores e assimilação para incorporação à economia de mercado e, nesse processo, devoradora de identidades, passa a ser reivindicada pelas comunidades indígenas como espaço de construção de relações Inter societárias baseadas na interculturalidade e na autonomia política.

O direito a uma Educação Escolar Indígena - caracterizada pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas e conhecimentos dos povos indígenas e pela revitalizada associação entre escola/sociedade/identidade, em conformidade aos projetos societários definidos autonomamente por cada povo indígena - foi uma conquista das lutas empreendidas pelos povos indígenas e seus aliados, e um importante passo em direção da democratização das relações sociais no país.

Sendo assim, diante da Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 torna-se obrigatório o estudo da história e Cultura Indígena e Afro-brasileiras no Ensino Fundamental, visando trabalhar as temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

6.2 Diversidade Cultural

A diversidade cultural é um dos pilares fundamentais da educação inclusiva e democrática. Ela se refere ao reconhecimento, valorização e respeito pelas diferentes manifestações culturais existentes em nossa sociedade, incluindo etnias, religiões, línguas, costumes, tradições e formas de expressão artística.

No ambiente escolar, trabalhar a diversidade cultural significa promover o diálogo entre diferentes culturas, combater o preconceito e a discriminação, e preparar os estudantes para viver em uma sociedade plural, onde todos tenham seus direitos reconhecidos e respeitados.

A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece como uma de suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Isso reforça o papel da escola como um espaço essencial para a construção de uma cultura de paz, respeito e valorização das diferenças.

Dessa forma, é responsabilidade de toda a comunidade escolar – gestores, professores, alunos e famílias – construir práticas pedagógicas que incluam e celebrem a diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, solidários e preparados para o convívio em uma sociedade multicultural.

6.3 Pluralidade Cultural

A pluralidade cultural representa a convivência e o respeito às diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira. Cada grupo social, étnico, religioso e regional contribui com saberes, tradições, costumes, línguas, crenças e expressões artísticas que enriquecem a formação da identidade nacional.

Na escola, reconhecer a pluralidade cultural é fundamental para promover o respeito às diferenças e o combate a toda forma de discriminação. Valorizar a cultura indígena, afro-brasileira, nordestina, sulista, entre outras, contribui para o desenvolvimento de uma educação mais justa, inclusiva e representativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a **Lei nº 9.394/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reforçam a importância de uma formação que considere a diversidade e a pluralidade cultural como parte essencial da educação. Além disso, a **Lei nº 10.639/2003** tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, fortalecendo o compromisso com uma educação antirracista.

Trabalhar a pluralidade cultural no ambiente escolar contribui para a construção de uma sociedade mais democrática, tolerante e consciente de suas raízes e de sua diversidade. É papel da escola formar cidadãos críticos, respeitosos e preparados para conviver em um mundo multicultural.

6.4-Música

A lei nº 11.769/08, sancionada em 18 de agosto de 2008, determina que a música deve ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica. "O objetivo não é formar músicos, mas desenvolver a criatividade, a sensibilidade e a integração dos alunos".

Nas escolas, a música não deve ser necessariamente uma disciplina exclusiva. Ela deve integrar o ensino de arte, por exemplo. A música contribui para a formação integral do indivíduo, reverencia os valores culturais, difunde o senso estético, promove a sociabilidade e a expressividade, introduz o sentido de parceria e cooperação, e auxilia o desenvolvimento motor, pois trabalha com a sincronia e movimentos, além das noções básicas de música, dos cantos cívicos nacionais e dos sons de instrumentos de orquestra, os alunos devem aprender cantos, ritmos, danças e sons de instrumentos regionais e folclóricos para, assim, conhecer a diversidade cultural do Brasil.

O Conselho Nacional de Educação recomenda que as escolas pensem a música em meio a um projeto político-pedagógico que respeite a organização dos currículos escolares. O órgão ainda lembra que tais currículos podem estar organizados por áreas, temas, projetos relacionados à música. A música é um grande meio de comunicação e de integração social. É fundamental a aplicação do ensino musical no ensino básico como forma de potencializar a educação. As atividades musicais nas escolas devem ser também vivenciadas como processo, e não só como produto de festas escolares. Música faz parte do universo sonoro cultural é como tal que deve ser experienciada no contexto educacional.

6.5-Prevenção ao uso Indevido de Drogas

A Prevenção ao uso indevido de drogas é um trabalho desafiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de pesquisa, desprovido de valores e crenças

pessoais. Por meio da busca do conhecimento, educadores e educandos são instigados a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio educacional contemporâneo, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogas, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros.

Sabemos, por meio de pesquisas, que os adolescentes são mais suscetíveis ao uso indevido de drogas, em função da fase de desenvolvimento psíquico em que se encontra, portanto, necessitamos desenvolver em nossas instituições, mecanismos que auxiliem a comunidade escolar para lidar com esta questão.

É imprescindível a discussão do assunto no âmbito da Educação. Os profissionais dessa área, não podem prescindir do conhecimento e aprofundamento da problemática abordada e de seus desdobramentos no espaço local, para elaborar uma visão crítica e apontar estratégias de enfrentamento, mais especificamente na escola, nas salas de aula. Visto que é também nesse espaço escolar que demandas relacionadas às drogas surgem cotidianamente seja através do uso indevido, do tráfico, das diversas formas de violência, etc.

6.6-Enfrentamento à violência contra a Criança e ao Adolescente

A violência é um problema social que está presente nas ações dentro das escolas, e se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo. Isso não deveria acontecer, pois escola é lugar de formação da ética e da moral dos sujeitos ali inseridos, sejam eles alunos, professores ou demais funcionários. Ao trabalhar esse desafio, buscar-se-á a ampliação da compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola em espaço onde o conhecimento toma o lugar da força.

O Enfrentamento à Violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico. A violência, no âmbito das escolas públicas municipais pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminações.

Vivemos em uma sociedade marcada pela desigualdade, resultante de uma economia capitalista com feições liberais, alicerçada na exploração do homem pelo homem. Como resultado dessa lógica, tem-se a visível distância que separa homens e mulheres, segundo sua classe social.

Temos clareza que os fatores que determinam e condicionam os diferentes tipos de ações e comportamentos violentos, infelizmente tão “corriqueiros” em nossa sociedade, têm raízes na desigualdade social na organização econômica que a configura e a sustenta.

Compreendemos que a comunidade escolar deva pautar suas discussões sobre a violência com base em percepções mais globais dos mecanismos e dos sujeitos sociais nela envolvidos. Esta postura supõe a compreensão e a reflexão tanto da violência praticada por sujeitos sociais, dentro e fora da escola, como da violência praticada pela ou a partir da escola. Por isso junto a discussão sobre a função da escola e suas possibilidades de educar na sociedade contemporânea. Sugere-se que a violência no âmbito do cotidiano escolar pode ser tratada a partir da clareza que se tenha sobre nosso lugar como educadores e da importância da escola como instituição realizadora do direito à educação.

6.7-Direito das Crianças e Adolescentes – Lei nº 11.525/07

A Lei 11.525/07 acrescenta na lei 9394/96 um parágrafo que inclui conteúdos que tratem dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo da Educação Básica. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem um imenso desafio: chegar às escolas de todo o país e passar a integrar de forma efetiva os conteúdos escolares. Dever-se-á tratar de conteúdos que tratem dos direitos das crianças e adolescentes, tendo o ECA como diretriz.

A ideia não é criar uma nova disciplina, e sim trabalhar a questão nas diversas áreas, tornando o Estatuto presente no dia-a-dia da Escola. A lei é vista como um avanço e com certeza sua abordagem em sala de aula poderá ser um instrumento determinante para tornar o Estatuto mais conhecido e mais bem compreendido pela sociedade. Esta lei sendo trabalhada na Escola é uma maneira efetiva de fazer com que as crianças e os adolescentes apropriem-se do conhecimento sobre seus direitos, além de promover a valorização do Estatuto junto à Comunidade Escola- incluindo família e educadores.

6.8- Dia do Brincar

O **Dia do Brincar**, instituído na Lei nº 15.145, de 9 de junho de 2025, celebrado em 28 de maio, é uma data significativa no calendário escolar, reconhecendo a importância do brincar no desenvolvimento integral das crianças. Brincar é um direito assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e está diretamente relacionado às dimensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas da infância.

Na perspectiva do nosso Projeto Político-Pedagógico, o brincar é compreendido como uma linguagem fundamental da criança, sendo uma ferramenta de expressão, aprendizagem, interação e construção de conhecimentos. Promover momentos lúdicos intencionais dentro e fora da sala de aula fortalece vínculos, estimula a criatividade e favorece o protagonismo infantil.

6.9- Vida Familiar e Social

A escola reconhece a **vida familiar e social** como dimensões essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes. Entendemos que a criança é um ser completo, inserido em contextos múltiplos – afetivos, culturais e sociais – e que a parceria entre **família, escola e comunidade** é indispensável para uma educação significativa.

A **vida familiar** é o primeiro espaço de convivência, de afeto e de valores, onde a criança começa a construir sua identidade. A **vida social**, por sua vez, amplia essas relações, promovendo experiências de convivência, respeito, solidariedade e pertencimento. Por isso, o ambiente escolar deve valorizar esses contextos e buscar integrar os saberes familiares e comunitários ao processo educativo.

1. Constituição Federal do Brasil (1988)

- **Art. 205 e 206:** Estabelecem que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da **família**, sendo promovida em colaboração com a sociedade.
- **Art. 227:** Determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à convivência familiar e comunitária.

2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990)

- **Art. 4º:** Determina que é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, os direitos à convivência familiar e comunitária.
- **Art. 19:** Toda criança tem direito a ser criada e educada no seio da sua família, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996)

- **Art. 2º:** A educação deve se basear nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, integrando a **formação para a vida em sociedade**.
- **Art. 12 e 14:** Estabelecem que a escola deve articular-se com a família e a comunidade para a construção do projeto pedagógico.

4. Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017)

- A BNCC traz como **diretriz para a Educação Infantil e Ensino Fundamental** o desenvolvimento da **convivência, empatia, escuta e cooperação**.
- A competência geral nº 10 propõe que o aluno exerça empatia, diálogo, cooperação e respeito à diversidade, com base em valores de **responsabilidade e solidariedade**.

5. Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016)

- Reconhece o papel fundamental da família no desenvolvimento da criança e prevê que as políticas públicas devem **articular ações entre escola, família e comunidade**.

6. Lei nº 14.826/2024 – Parentalidade Positiva e Direito ao Brincar

- Essa lei reforça o papel da família como ambiente de cuidado, respeito e vínculo, sendo a base para o desenvolvimento saudável da criança em seus aspectos **emocionais e sociais**.

6.10-Direitos Humanos- PNDH-3 (Decreto 7037/2009)

O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc.

O PNDH-3 concebe a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, centrada na dignidade da pessoa humana e na criação de oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. Parte, portanto, de princípios essenciais à consolidação da democracia no Brasil: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as áreas e esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza.

O PNDH-3 estrutura-se em torno dos seguintes eixos orientadores: I. Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; II. Desenvolvimento e Direitos Humanos; III. Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; IV. Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; V. Educação e Cultura em Direitos Humanos; e VI. Direito à Memória e à Verdade.

O Eixo I, Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil, reflete o pressuposto de que o compromisso compartilhado e a participação social na construção e no monitoramento de políticas públicas são essenciais para que a consolidação dos direitos humanos seja substantiva e conte com forte legitimidade democrática. Nesse contexto, o PNDH-3 propõe a integração e ao aprimoramento dos fóruns de participação existentes, bem como a criação de novos espaços e mecanismos institucionais de interação e acompanhamento.

O Eixo II, Desenvolvimento e Direitos Humanos, enfoca a inclusão social e a garantia do exercício amplo da cidadania, garantindo espaços consistentes com as estratégias de desenvolvimento local e territorial e buscando um modelo de crescimento sustentável, capaz de assegurar os direitos fundamentais das gerações presentes e futuras.

O Eixo III, Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, baseia-se na necessidade de reconhecer as diversidades e diferenças para concretização do princípio da igualdade, visando à superação de barreiras estruturais para o acesso aos direitos humanos. Envolve, portanto, iniciativas relacionadas com a redução da pobreza, a erradicação da fome e da miséria, o combate à discriminação e a implementação de ações afirmativas voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade.

O Eixo IV, Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, envolve metas para a diminuição e prevenção da violência e criminalidade, priorizando a transparência e a participação popular. Inclui ainda, medidas de ampliação do acesso à Justiça, por meio da disponibilização de informações à população, do fortalecimento dos modelos auto compositivos de solução de conflitos e da modernização da gestão do sistema de Justiça.

O Eixo V, Educação e Cultura em Direitos Humanos, refere-se ao desenvolvimento de processos educativos permanentes voltados à formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência, com base no respeito integral à dignidade humana.

O Eixo VI, Direito à Memória e à Verdade, afirma a importância da memória e da verdade como princípios históricos de direitos humanos, e tem como finalidade assegurar o processamento democrático e republicano dos acontecimentos ocorridos durante o regime militar, além das reparações a violações que tenham se passado nesse contexto.

Cabe salientar, por fim, que, entre os principais avanços trazidos pelo Programa, destacam-se a transversalidade de suas diretrizes, objetivos e ações programáticas e o envolvimento de diversos Ministérios, partindo da perspectiva de indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. Nesse sentido, as iniciativas de responsabilidade do Governo Federal previstas no documento se distribuem por todas as áreas da administração, reforçando a importância da coordenação entre as políticas públicas desenvolvidas pelos diversos Ministérios para o alcance dos resultados esperados.

6.11-Sexualidade Humana e a Questão de Gênero

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola — espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo.

O trabalho educativo com a Sexualidade deve discutir questões de gênero, doenças sexualmente transmissíveis, educação sexual, entre outros temas correlatos deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia.

Pensar em sexualidade na escola implica em, muitas vezes, reconsiderar posições, conceitos e pré-conceitos. Nesse sentido, a educação escolar representa o caminho para o estabelecimento de uma Educação Sexual que visa o respeito à livre orientação sexual em consonância com relações igualitárias de gênero, classe, raça/etnia, a construção de um ambiente pedagógico onde os conhecimentos científicos acerca deste assunto possam ser difundidos com domínio e propriedade. É a possibilidade de pensar a sexualidade como construção social, história, cultural e, portanto, indissociável do discurso escolar.

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões

envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negligenciar suas especificidades.

6.12- Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso:

A Lei Federal n.º 10.741/2003, dispõe sobre a instituição do Estatuto do Idoso, assegurando os direitos das pessoas com idade igual ou superior à sessenta anos, e atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público, o dever de efetivar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (art. 3º). A Política Nacional do Idoso foi instituída em 1994. Na referida lei é delegada atribuição para a educação, o que foi mantido também no Estatuto do Idoso de 2003, com a mesma redação para a tarefa educacional, em seu Artigo 22, que determina:

Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre a matéria (BRASIL, 2016, p.11).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) trazem o entendimento de que a temática do Estatuto do Idoso deve ser contemplada na organização curricular das etapas constituintes. Neste documento, a unidade constituinte do currículo é o componente curricular, o qual se organiza em áreas de conhecimento.

6.13-Programa de Combate ao Bullying e Cyberbullying

Um pouco menos do que o fenômeno da indisciplina na escola, as situações de violência entre pares preocupam as autoridades escolares e a comunidade em geral. Uma dessas formas de intimidação chama a atenção por seu caráter de complexidade - trata-se do bullying, fenômeno estudado mundialmente, conceituado como um conjunto de ações agressivas, intencionais e repetitivas, mantidas ao longo do tempo, praticado por uma ou mais pessoas, causando danos físicos ou morais, que ocorre numa relação desigual de poder (OLWEUS, 1999, 2013).

Na norma, Bullying é definido como toda prática de atos de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia

à vítima.

As escolas terão a função de direcionar o programa, por meio do envolvimento dos profissionais de educação, envolvendo as diversas políticas existentes no território onde se localiza o Estabelecimento Escolar, com a participação de pais, alunos e comunidade, para a promoção de atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

LEI Nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024: Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, inclui o Bullying e o Cyberbullying no código penal e eleva a pena de crimes contra crianças e adolescentes.

6.14- Prevenção da Violência contra a Mulher

Em nossa sociedade, não raro há a naturalização de comportamentos violentos, sobretudo, quando a vítima é mulher. Como mostram dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tal descaso traz consequências gravíssimas: por apenas pelo fato de serem mulheres e outras a cada hora.

A Lei Federal nº 14.164 de 10 de junho de 2021, instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica. O objetivo é estimular nos jovens e adolescentes, estudantes dos colégios estaduais, reflexões sobre o combate à violência contra a mulher e com isso, contribuir para a redução os índices deste crime.

A referida Lei estabeleceu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino.

A Lei determina que no mês de março de cada ano sejam realizadas ações para a instrução dos alunos sobre o conteúdo da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que pune atos de violência contra a mulher. Desta forma, busca-se conscientizar a comunidade escolar sobre a importância e o respeito aos direitos humanos e, quando houver o conhecimento de algum ato de violência contra a mulher, a necessidade de denunciar os casos aos órgãos competentes. O foco desse projeto é criar uma nova cultura nos jovens. Trata-se de uma medida preventiva de conscientização a partir de um trabalho educacional de humanização, respeito e informação, para que a violência contra a mulher não ocorra e, caso aconteça, seja denunciada e repreendida.

6.15-Educação Alimentar e Nutricional (Lei Federal 11.947/2009)

O PNAE é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Esta política pública, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), atende de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN.

Nos últimos anos, a abrangência do atendimento do PNAE aumentou substancialmente. Além do estabelecimento de critérios técnicos e operacionais para gestão local do PNAE, outros importantes avanços são: a obrigatoriedade da existência de um nutricionista responsável técnico, a ampliação e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e a constituição dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANEs), por meio de parcerias entre o FNDE e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os quais apontam igualmente para uma importante ampliação desta

política pública no que concerne à garantia do direito à alimentação adequada e saudável nas escolas.

Por meio da Nota Técnica nº 4816230/2025/Diean/Cosan/Cgpae/Dirae, a Divisão de Educação Alimentar e Nutricional (DIEAN), vinculada à Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem como objetivo fortalecer a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas públicas da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) será parceiro ativo no desenvolvimento do Projeto Horta Escolar, exercendo seu papel de acompanhamento e fiscalização da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como promovendo o fortalecimento da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.

O CAE participará do planejamento, da implantação e do monitoramento da horta, realizando visitas periódicas às unidades escolares, observando as condições de cultivo, higiene, segurança alimentar e uso pedagógico da horta. Também contribuirá com sugestões sobre os alimentos a serem cultivados, respeitando a sazonalidade, o cardápio escolar e os hábitos alimentares regionais.

Além disso, o CAE acompanhará a utilização dos alimentos colhidos na merenda escolar, garantindo que sejam inseridos de forma segura e adequada no preparo das refeições. O Conselho poderá ainda promover ou apoiar ações educativas voltadas à alimentação saudável e ao aproveitamento integral dos alimentos, junto à comunidade escolar.

Desta forma, o PNAE, cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais como gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar entre outros.

6.16- Trabalho

O mundo do trabalho está em constante transformação, exigindo dos estudantes habilidades cada vez mais amplas, que vão além do domínio técnico. A escola, como espaço de formação

integral, tem o compromisso de preparar os alunos não apenas para a continuidade dos estudos, mas também para a vida profissional, cidadã e social. Nesse contexto, o desenvolvimento de competências relacionadas ao mundo do trabalho é tratado de forma **transversal** no currículo escolar, sendo articulado em diversas disciplinas e projetos pedagógicos.

A formação para o mundo do trabalho não se restringe ao ensino técnico ou profissionalizante, mas compreende o **desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas, comunicativas, tecnológicas, éticas e empreendedoras**. Tais competências estão presentes em diferentes componentes curriculares e são construídas ao longo de toda a trajetória escolar por meio de situações reais de aprendizagem, trabalho em grupo, resolução de problemas, projetos interdisciplinares e práticas de pesquisa.

Conforme orienta a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, serão trabalhados o desenvolvimento de competências como **autonomia, responsabilidade, colaboração, pensamento crítico, criatividade, comunicação, cultura digital e projeto de vida**. A **competência geral nº 6 da BNCC**, por exemplo, estimula a valorização de práticas de trabalho colaborativo e empreendedorismo, fundamentais no mundo atual.

Serão adotadas estratégias pedagógicas que possibilitam a articulação entre o conhecimento escolar e os desafios do cotidiano profissional, tais como:

- Projetos interdisciplinares sobre profissões, tecnologias e sustentabilidade;
- Simulações de situações do mundo do trabalho (entrevistas, resolução de conflitos, uso de ferramentas digitais);
- Parcerias com instituições privadas e setores produtivos da comunidade local.

Com isso, a escola contribui para que os estudantes sejam capazes de **fazer escolhas conscientes**, construir seus **projetos de vida** e atuar com ética, responsabilidade e criatividade no mundo do trabalho e na sociedade como um todo.

Fundamentos Legais:

- **LDB (Lei nº 9.394/1996)** – Art. 2º e 35: Educação deve preparar o cidadão para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.
- **BNCC (2017)** – Competências gerais, especialmente as de número 6 (trabalho e projeto de vida) e 8 (autoconhecimento e autocuidado).
- **Plano Nacional de Educação (PNE)** – Meta 7: garantir a qualidade da educação com foco no desenvolvimento de competências e habilidades para o século XXI.

6.17- Educação para o Consumo

A Educação para o Consumo é um processo essencial para formar cidadãos conscientes, críticos e responsáveis em relação às suas escolhas de consumo. Trata-se de ensinar não apenas sobre os direitos do consumidor, mas também sobre a importância de refletir antes de comprar, considerando os impactos sociais, ambientais e econômicos das decisões de consumo.

Vivemos em uma sociedade marcada pelo consumo constante, muitas vezes impulsionado por publicidade e modismos. Nesse contexto, a educação para o consumo se torna fundamental para combater o consumismo excessivo, promovendo atitudes mais sustentáveis e éticas. Ela incentiva a análise crítica das propagandas, a busca por informações claras e corretas sobre produtos e serviços, além da valorização de empresas que adotam práticas responsáveis.

O consumidor consciente não compra por impulso, mas com base na necessidade, qualidade e durabilidade dos produtos. Ele considera os impactos ambientais da produção e descarte, optando sempre que possível por reduzir, reutilizar e reciclar. Também está atento aos seus direitos, como o direito à informação, à proteção contra propaganda enganosa, à garantia de produtos e ao atendimento digno.

A educação para o consumo deve começar desde cedo, sendo trabalhada nas escolas, nas famílias e nas comunidades. Quando bem aplicada, ela contribui para o fortalecimento da cidadania, o equilíbrio financeiro pessoal e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Em resumo, educar para o consumo é mais do que orientar sobre como comprar bem; é formar indivíduos capazes de pensar nas consequências de suas escolhas e agir com responsabilidade em um mundo cada vez mais interconectado.

6.18-Educação Financeira

Projeto de Lei nº 231 foi aprovado no dia 07/06/2022 pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar. A adesão será facultativa nas redes pública e privada de ensino.

Importante que as crianças e os adolescentes aprendam desde cedo a importância da educação financeira para estarem preparados a empreender por conta própria e para o mercado de trabalho, além de se tornarem consumidores mais conscientes e preparados ao buscar o controle financeiro. O objetivo principal é que a educação financeira possa ajudar no combate ao super endividamento, que é um grande problema em todo o país. É o caminho para a liberdade através do conhecimento.

A inclusão da educação financeira no currículo escolar não é obrigatória, as instituições de ensino terão liberdade para aceitar ou não a sugestão de colocar esse tipo de ensino em prática. O conteúdo pode ser ensinado por professores de diferentes disciplinas, a serem tutelados pela

Secretaria da Educação. Não deverá ser um componente curricular a mais. Se trata de um conteúdo que será incluído dentro da matriz curricular para ser aplicado de forma transversal dentro do ensino da geografia, história, entre outras disciplinas. Por isso a importância da qualificação e formação de professores que já atuam na rede de ensino.

6.19-Educação Fiscal

Esse programa visa despertar a consciência dos estudantes sobre direitos e deveres em relação ao valor social dos tributos e do controle social do estado democrático. A dinâmica de arrecadação de recursos pelo Estado e o papel dos cidadãos no acompanhamento da arrecadação e de sua aplicação em benefícios da sociedade são questões a serem tratadas e desenvolvidas. A abordagem pedagógica desses assuntos a partir dos conteúdos historicamente acumulados são a tônica da Educação Fiscal nas escolas.

É no dia a dia da escola que teremos oportunidade de trabalharmos a Educação Fiscal em seu currículo explícito e oculto, e em todas as disciplinas em diferentes aspectos, seja no contexto social, na relação do Estado com essa e a sociedade, na gestão democrática dos recursos públicos e sua tributação. E tudo isso está presente em forma de incentivos fiscais e liberação de verbas públicas na arte, nas ciências, nos esportes, no espaço geográfico através do meio ambiente e da infraestrutura.

E para tudo isso se usa os cálculos matemáticos quantificando objetos e valores. Saúde, alimentação, meio ambiente, tecnologia, infraestrutura, educação, moradia, empregabilidade e segurança são alguns temas que nos farão refletir na qualidade de vida da população e como essas questões estão sendo trabalhadas pelos governantes, quais as necessidades e as verbas disponíveis. É trabalho de toda a escola, a valorização das raízes e o respeito à diversidade cultural, seus hábitos e costumes. E ainda incentivar a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e o respeito ao bem comum.

6.20-Educação Ambiental

Atualmente as questões ambientais e a sua crise se impõem perante a sociedade. Um dos instrumentos apresentados como meio para minimizar, mitigar esta problemática é a Educação Ambiental, visando implementar a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999).

Educação Ambiental deve incentivar a comunidade escolar a adotar uma posição mais consciente e participativa na utilização e conservação dos recursos naturais, contribuindo para a

diminuição contínua das disparidades sociais e do consumismo desenfreado. Estimular a reflexão e tomada de consciência dos aspectos sociais que envolvem as questões ambientais emergentes para que se desenvolva uma maior compreensão crítica por parte de educadores e educandos.

Art. 1º - Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º — A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Trabalhar sob esta perspectiva significa atuar pedagogicamente por meio do conhecimento sistematizado, em busca de um sujeito histórico capaz de pensar e agir criticamente na sociedade, com vistas à emancipação e à transformação social.

6.21-Educação Computacional

Resolução CNE/CEB nº 2/2022 define a Computação como um complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica e fornece diretrizes para a elaboração de referenciais curriculares municipais e estaduais. Essa resolução visa garantir que todos os estudantes brasileiros desenvolvam competências e habilidades relacionadas à Ciência da Computação, preparando-os para o exercício pleno da cidadania no século XXI.

A Resolução nº 2/2022, aprovada pelo Ministério da Educação, estabelece normas para a inclusão da computação em todos os níveis da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Ela reconhece a importância da computação como área de conhecimento que contribui para a compreensão do mundo atual e para a formação de cidadãos críticos e conscientes do impacto da tecnologia.

Nesta perspectiva, serão trabalhadas as habilidades e competências referentes ao Ensino de Computação, conforme a etapa escolar que os alunos se encontram em consonância com o referencial curricular municipal em forma de projeto, desenvolvido no Telecentro Comunitário.

6.22- Ciência e Tecnologia

A ciência e a tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Elas estão presentes em nosso dia a dia, nas comunicações, nos meios de transporte, na medicina, na produção de alimentos e em praticamente todas as áreas do conhecimento humano. Na escola, o ensino de

ciência e tecnologia deve estimular a curiosidade, o pensamento crítico e a busca por soluções para os problemas do mundo contemporâneo.

O ambiente escolar é o espaço ideal para despertar o interesse dos estudantes pela investigação científica e pela inovação. Através de projetos, experimentos, feiras de ciências e do uso de ferramentas tecnológicas, os alunos aprendem a observar, questionar, testar hipóteses e compreender fenômenos naturais e sociais.

A **Lei nº 13.005/2014**, que institui o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, estabelece como uma de suas metas a ampliação do acesso à educação científica e tecnológica, promovendo a formação de professores, o uso pedagógico das tecnologias digitais e o incentivo à iniciação científica desde os anos iniciais do ensino básico.

Investir em ciência e tecnologia na educação é preparar os jovens para o futuro, desenvolver competências para o mercado de trabalho e formar cidadãos capazes de transformar a realidade por meio do conhecimento, da criatividade e da responsabilidade social.

6.23- Promoção da Saúde Mental aos Profissionais da Educação

Nos últimos anos, a saúde mental no ambiente de trabalho deixou de ser um tabu para se tornar pauta estratégica dentro das empresas. Nesse cenário, a **Lei nº 14.831/2024** surge como um marco importante.

A **Lei nº 14.831**, sancionada em 27 de março de 2024, institui o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental. O objetivo é reconhecer empresas que desenvolvem ações efetivas para promover a saúde mental e o bem-estar dos seus colaboradores.

A **Lei 14.831/2024** não foi um evento isolado, mas sim uma resposta a um cenário preocupante e crescente.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil liderava o ranking global de casos de ansiedade em 2023, com aproximadamente 19 milhões de pessoas afetadas.

No mesmo ano, 52% dos trabalhadores brasileiros relataram sintomas de ansiedade relacionados ao trabalho, segundo um estudo conduzido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje).

Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou esse quadro. Para se ter ideia, os transtornos mentais aumentaram em 25% no mundo todo, impactando principalmente jovens e trabalhadores em situação de vulnerabilidade emocional.

E mesmo com todo esse cenário, apenas 5% dos brasileiros fazem terapia — sendo que 60% dessas pessoas só procurou por terapia durante a pandemia, conforme dados apontados pelo Instituto FSB.

A Lei 14.831 veio, então, como um divisor de águas. Afinal, ela reforça que a saúde mental no trabalho, além de responsabilidade social, é uma estratégia de sustentabilidade empresarial e humana.

6.24- Cumprimento a Lei Lucas

A Lei nº 3.722/2018 foi criada em homenagem ao Lucas Begalli Zamora, que faleceu aos 10 anos após um acidente escolar em Campinas em que a criança se engasgou durante o intervalo escolar. Infelizmente, depois do ocorrido, a criança não resistiu.

O caso ficou conhecido em todo o país, o que tornou possível a criação de uma lei sobre o tema. A Lei Lucas estabelece obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

6.25- Ambiente Escolar Seguro

A escola compromete-se a garantir um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de todos os estudantes, profissionais da educação e demais membros da comunidade escolar.

Segurança Física e Emocional

A instituição adotará medidas preventivas para promover a integridade física e emocional dos alunos, prevenindo situações de violência, negligência, bullying, discriminação ou qualquer forma de violação de direitos.

Controle de Acesso e Circulação

Será controlado o acesso de pessoas externas ao ambiente escolar durante o período letivo, sendo necessário a devida autorização da equipe diretiva para entrada nas dependências da escola.

Conduta e Convivência

Todos os membros da comunidade escolar devem pautar sua conduta pelo respeito mútuo, pela colaboração e pela observância das normas estabelecidas neste Regimento, zelando por relações saudáveis e construtivas.

Prevenção de Riscos e Acidentes

Serão adotadas rotinas e procedimentos de segurança e prevenção de acidentes, bem como a realização de treinamentos e simulações, conforme orientações dos órgãos competentes.

Confidencialidade e Proteção de Dados

A escola manterá sigilo sobre informações sensíveis dos estudantes e suas famílias, garantindo a privacidade e o uso ético dos dados educacionais.

Apoio Psicossocial e Mediação de Conflitos

A escola poderá contar com apoio especializado (quando disponível) e estratégias de mediação de conflitos, promovendo o diálogo e a escuta ativa como ferramentas de resolução de impasses.

Prevenção à Violência e Ameaças no Ambiente Escolar

Com o compromisso de garantir a segurança de toda a comunidade escolar, a escola adotará medidas preventivas voltadas à identificação, monitoramento e encaminhamento de situações que possam representar riscos de ataques ou violência dentro do ambiente escolar.

Monitoramento e Acompanhamento

A escola manterá atenção constante a comportamentos de risco, sinais de sofrimento emocional, isolamento ou atitudes que possam indicar potencial para ações violentas, realizando os devidos encaminhamentos à rede de proteção (Saúde, Assistência Social, Conselho Tutelar, entre outros).

Parceria com a Rede de Proteção e Órgãos de Segurança

A instituição manterá diálogo permanente com os órgãos de segurança pública e com os serviços da rede de proteção à infância e juventude, estabelecendo canais de comunicação eficazes para prevenir e enfrentar situações de risco.

Orientações à Comunidade Escolar

Serão promovidas ações de conscientização com estudantes, famílias e profissionais sobre a cultura da paz, resolução pacífica de conflitos, uso responsável da internet e prevenção de comportamentos de risco e ameaças.

Procedimentos de Emergência

A escola manterá procedimentos de evacuação e atuação em situações de emergência atualizados e de conhecimento da equipe escolar. Simulações e treinamentos poderão ser realizados em parceria com a Brigada Militar, conforme viabilidade.

Denúncia e Sigilo

Qualquer denúncia ou suspeita relacionada à segurança será tratada com seriedade e sigilo, assegurando a proteção de quem comunica os fatos e a responsabilização dos envolvidos, se necessário, em conformidade com a legislação vigente.

6.26- Combate à Violência e Ataques nas Escolas e Promoção de Cultura de Paz

O Projeto de Lei nº 3345, de 2024, do Senador Beto Martins, dispõe sobre a obrigatoriedade de treinamentos regulares voltados para a prevenção e a resposta a ataques violentos, destinados a estudantes, profissionais da educação e demais funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica.

A norma foi aprovada pelo Congresso como resposta a episódios recentes de violência nas escolas, como o ataque a uma creche em Blumenau (SC), ocorrido em abril de 2023, que vitimou quatro crianças com idades entre 4 e 7 anos.

Projeto de Lei nº 1.482, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas”.

A Promoção de Cultura de Paz nas Escolas é uma iniciativa que visa promover um ambiente escolar mais pacífico, inclusivo e respeitoso. Com o aumento dos casos de violência e intimidação nas escolas, se torna cada vez mais essencial abordar essas questões de forma proativa, buscando promover uma cultura de não violência e respeito.

6.27-Código de Trânsito Brasileiro- Educação para o Trânsito (LEI FEDERAL 9.503/97)

A educação do Trânsito é fundamental a qualquer sociedade, pois quanto maior for a economia de um país, maior será a aquisição de bens por parte de sua população, resultando nos conflitos das vias. Percebendo esse crescimento e preocupado com os direitos do cidadão de ir e vir, garantido pela Constituição Federal (artigo 5º inciso xv), e apoiado desde 1997 pelo CTB (Código de Trânsito Brasileiro). Em 1994, o então Presidente da República, Itamar Franco, institucionalizou o Ano Nacional da Educação para o Trânsito.

O Código Brasileiro de Trânsito determina como deve ser o comportamento dos frequentadores do trânsito nas mais diferentes situações vividas nele.

O capítulo I, art.1º, § do Código de Trânsito Brasileiro ressalta que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades competentes do sistema nacional de trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotarem medidas destinadas a assegurar esse direito.

Neste artigo o Código de Trânsito Brasileiro deixa bem claro que o Trânsito é um direito de todos e que é dever dos órgãos normativos, executivos, de fiscalização e de recurso garantirem esse direito. Ainda no Código de Trânsito Brasileiro sobre a educação encontraremos: O Artigo 76 diz que a educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação. Para a finalidade prevista de artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

- I — a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II — a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III — a criação de corpos técnicos interprofissionais para o levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV — a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades- sociedade na área de trânsito, encontrado no Artigo 77.

No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito. No que se refere à educação para o trânsito, o artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que como competência municipal, em seu inciso XV, “[...] promover e participar de projetos e programas de educação e segurança no trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN” (Conselho Nacional de Trânsito).

A escola então assume um grande papel nesse processo de educar os indivíduos, pois ela desfruta de um ambiente socializa dor propício para educar as crianças, os jovens e os adultos, criando novos comportamentos nos cidadãos do futuro.

Os artigos 74 e 79, também do Código Brasileiro juntamente com seus incisos determinam como deve ser, e o que será trabalhado na educação do trânsito nas escolas, destacando a autonomia dos estados e municípios na elaboração de políticas e práticas educativas, resultando no objetivo maior que será a preservação da vida e o respeito pelo próximo.

7. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de apoio oferecido pela rede municipal de ensino com a finalidade de complementar e ou suplementar a formação do aluno. O principal objetivo deste serviço é estimular a autonomia, bem-estar e adaptação de crianças, jovens e adultos dentro e fora da escola.

O AEE é realizado no espaço físico intitulado Sala de Recurso Multifuncional, situado na Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, devido a falta de espaço físico nesta instituição, sendo estendido o atendimento as duas escolas municipais.

Na sala de Recursos Multifuncional estão organizados mobiliários, materiais didáticos, jogos, brinquedos pedagógicos, recursos e equipamentos de acessibilidade, bem como são desenvolvidos planejamentos e metodologias específicas para o público-alvo do AEE.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva e no Decreto N.6.571/2008, define-se como público-alvo do AEE: alunos com deficiência física, intelectual, auditiva, múltiplas, transtornos do espectro autista (TEA), altas habilidades/superdotação.

Além de apoio pedagógico, o AEE assessora professores e promove a inclusão no espaço escolar através de um profissional capacitado.

8. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS

As intervenções pedagógicas são ações intencionais e planejadas pela equipe escolar com o objetivo de garantir a aprendizagem efetiva de todos os estudantes, respeitando suas

particularidades, ritmos e necessidades. Elas fazem parte de uma prática educativa comprometida com a inclusão, a equidade e a qualidade do ensino.

Na nossa instituição, as intervenções pedagógicas são organizadas com base no acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos, por meio de avaliações diagnósticas, formativas e somativas. A partir da análise dos resultados, são definidas estratégias específicas para apoiar os estudantes com dificuldades, bem como para potencializar as habilidades daqueles que demonstram desempenho avançado.

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Reforço escolar em contraturno ou em horários alternativos;
- Aulas de recuperação paralela com foco nas habilidades não desenvolvidas;
- Atividades diferenciadas e individualizadas durante as aulas regulares;
- Apoio pedagógico com a participação de professores especialistas (psicopedagoga e fonoaudióloga) ou da equipe multidisciplinar;
- Projetos de leitura, escrita e raciocínio lógico;
- Uso de metodologias ativas, jogos pedagógicos e recursos tecnológicos para diversificar as práticas;
- Envolvimento das famílias no acompanhamento da aprendizagem dos alunos;
- Essas intervenções são realizadas de forma articulada entre coordenação pedagógica, professores e demais profissionais da escola, visando garantir que todos os alunos avancem em seu processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, são registradas e avaliadas periodicamente, de modo a garantir sua eficácia e reorientar as práticas quando necessário.

9. DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Itapuca, criaram o Projeto das *Classes de Aceleração*, com o objetivo de eliminar a defasagem idade/série entre os alunos das (04) séries finais do ensino fundamental. As Classes de Aceleração oferecem condições para que os alunos avancem no trajeto escolar, buscando, assim, contribuir para a reversão do quadro de repetência e evasão escolar e para que esse ensino cumpra sua função social, atendendo às necessidades de aprendizagem de todos os seus alunos.

A retenção do aluno favorece também o aumento da evasão. Estatísticas educacionais revelam que, no Brasil, o aluno não abandona precocemente a escola; na realidade, ele permanece, em média de 6 a 4 anos antes de desistir da sua escolarização. E a evasão ocorre quando o aluno se distanciou muito da série que seria ajustada à sua idade. De outro lado, o que tem incrementado erroneamente as estatísticas de evasão é o fenômeno denominado de repetência branca, representada pelos alunos computados como evadidos, mas que de fato abandonam a escola ao final do ano apenas para evitar uma avaliação que os reprovava, rematriculando-se no ano seguinte na mesma série, como aluno novo.

Importante salientar que é no âmbito da Proposta Pedagógica das Classes de Aceleração que se busca concretizar os objetivos definidos para o Projeto, dando àqueles que interromperam o fluxo do trabalho pedagógico condições de retomá-lo, de aprender e de nele avançar. Para isso, levam-se em conta as aquisições já obtidas pelos alunos, estabelecendo pontos de chegada de aprendizagem que lhes assegurem a possibilidade de continuidade de estudos.

Nesse sentido, a definição do conteúdo curricular das Classes de Aceleração pautou-se pelos objetivos do Ensino Fundamental de oito anos e nove anos, identificando o que é fundamental ser desenvolvido em termos de conceitos, habilidades, operações de pensamento, hábitos ou valores nos quatro últimos anos, para a garantia de continuidade de estudos.

A metodologia de ensino, concebida como formas de trabalho que atendam a diferentes dimensões ou níveis de aquisição de conteúdos, posto que se trata de alunos com trajetórias escolares diversas, comporta atividades diversificadas que favorecem a participação do aluno no processo ensino-aprendizagem, enfatizando processos de conhecimento e o desenvolvimento de sentimentos de segurança e autoestima.

Uma avaliação diagnóstica para identificação do estágio em que se encontram os alunos no domínio de conteúdos antecede o planejamento das atividades pelo professor, que pode propor tanto situações gerais de aprendizagem com a classe toda, como situações de trabalho diversificado, para pequenos grupos, para atender às necessidades de aprendizagem específicas.

A avaliação, vista como um acompanhamento permanente da aprendizagem dos alunos, deve indicar seus progressos e dificuldades e orientar o planejamento das atividades.

Este Projeto, ao acolher os alunos que se encontram defasados em relação à idade regular de matrícula, visa dar-lhes oportunidade de retomar, com sucesso, o percurso escolar estabelecido no sistema de ensino. Embora se reconheça que os índices de defasagem idade/série atingem os maiores patamares do (6º ano e 9º ano), procurando-se abrir um caminho para atuar sobre o problema da repetência e da evasão, cuja raiz, sem dúvida, encontra-se nas primeiras séries.

Levando em conta os problemas expostos, a marca fundamental das Classes de Aceleração

deve ser oferecer a essa clientela um ensino adequado. Esta adequação significa não uma educação compensatória, um ensino menos exigente, mas, ao contrário, a possibilidade de um ensino de conteúdo elevado, com atividades estimulantes e com desafios significativos, que provoque expectativas mais positivas em professores, alunos e pais.

Contudo, o sucesso na retomada do trajeto escolar pelos alunos das Classes de Aceleração por si só não garantirá o término da geração de novas defasagens. É importante que todos os professores da escola participem desse esforço. Por isso, toda a equipe escolar está sendo chamada a rever o seu percurso, perceber avanços e dificuldades na realização do trabalho pedagógico, retomar o currículo, a organização do ensino e as formas de acompanhamento e avaliação, elegendo alvos a atingir com todos os alunos.

Além de atrair a escola como um todo, deve-se buscar o envolvimento da família na discussão e acompanhamento do trabalho a ser desenvolvido com seus filhos, a fim de que esforços e sucessos sejam compartilhados. A importância do papel que os pais podem desempenhar para o crescimento educacional dos filhos quase nunca é considerada pela escola.

Nesta Proposta, as famílias devem ser incentivadas a participar e a recuperar a sua competência educadora. Trata-se, então, do estabelecimento de uma nova relação entre escola e família, transformando as baixas expectativas de parte a parte, hoje existentes. Por se acreditar que o quadro atual pode ser alterado, o Projeto tem uma duração previamente definida em dois anos, podendo ser alterado mais. Este documento apresenta a concepção e as condições para implementação das Classes de Aceleração. Contudo, cabe à escola criar as condições mais importantes para transformar a situação atual, porque é nela que se realiza concretamente o ato educacional.

10. PROPOSTA PARA ESTUDO E APROFUNDAMENTO

Referência curricular constitui um conjunto de conhecimentos básicos que servirão de parâmetro para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Enfim, trata-se de um conjunto de orientações metodológicas e de atividades a serem desenvolvidas pelo grupo de escolas ao longo do Ensino Fundamental, compondo, portanto, o currículo das escolas. Salienta-se que, enquanto as diretrizes curriculares têm caráter obrigatório, os Parâmetros Curriculares Nacionais têm caráter de referencial, que pode ser adaptado à realidade e à Proposta Pedagógica de cada escola.

O currículo é tudo o que acontece na escola, é o conjunto de experiências do aluno: é o ato de viver e aprender... Currículo é um ambiente especializado de aprendizagem com o objetivo de orientar os interesses e capacidades das crianças para a eficiente participação na vida da sociedade. É o conjunto de ações pensadas e planejadas pela escola. Tal conjunto é o desencadeador e ao mesmo tempo o substrato do processo de aprendizagem, uma vez que envolve o que, o para que, o para quem ensinar. Neste processo não se pode desconsiderar os aspectos metodológicos, ou seja, o como se ensina, o como se aprende e o como se sabe se houve ensino/aprendizagem (avaliação). “Segundo Cesar Coll (1998), currículo não é apenas uma relação de conteúdos, disciplinas ou programas, pois abrange os fatos e conceitos a serem construídas, as habilidades que serão desenvolvidas através dos procedimentos didáticos adotados, os valores, princípios e ideais que o aluno desenvolvera através das situações de aprendizagem, da organização e normas escolares. ” (Tibola, 1999). Currículo é um processo que resulta das situações de ensino, da organização escolar e dos aspectos éticos, políticos e estéticos, envolvendo as relações que se estabelecem na escola entre professores e alunos e entre alunos e alunos.

Áreas do conhecimento ou **componentes curriculares** são compostos pelo conjunto de conteúdos curriculares que integram o currículo das escolas. Isto não quer dizer que tais áreas devam ser trabalhadas isoladamente. Ao contrário, a ação metodológica do professor deverá priorizar uma abordagem interdisciplinar (ou transdisciplinar, conforme aponta Parecer 323/99 CEED), desses conceitos básicos e das respectivas áreas ou componentes curriculares. A interdisciplinaridade supõe trabalho individual e coletivo do grupo de professores, além de uma metodologia ativa e dinâmica que procure estabelecer a relação entre os conteúdos universais e as temáticas do cotidiano do aluno, “... respeitando e valorizando as conexões e inter-relações entre as diferentes áreas de conhecimento...” (Parecer 323/99 CEED). As relações entre as diferentes áreas do conhecimento são estabelecidas pelo aluno, como consequência da aprendizagem, mas para tal, requerem a atuação constante do professor, apontando, estimulando e apresentando desafios para que essas relações efetivamente se processem e para que ocorra, conforme preconiza Ausubel, uma aprendizagem significativa.

As áreas do conhecimento deverão ser perpassadas pelos temas emergentes e urgentes da realidade, os temas de relevância social, estabelecendo “...uma relação entre os conhecimentos científicos das diferentes áreas do conhecimento e as questões da vida real” (PCR/RS,1998). São os denominados **Temas Transversais** que perpassam os conceitos básicos de cada área. “a transversalidade se dá na escola e em seu cruzamento com a sociedade e o contexto” (Ramagnini, apud Parecer 323/99CEED).

Conceitos básicos são as grandes ideias de cada área que deverão ser integralizadas, (construídas) pelo aluno ao longo do Ensino Fundamental. Os conceitos básicos estão subdivididos em conteúdos, que se entrelaçam, formando uma teia dentro de cada conceito básico e interligando-se com os demais conceitos das diferentes áreas, formando uma rede conceitual. Assim, por exemplo, o conceito básico, espaço forma, uma rede conceitual, cuja ideia é fundamental para a área da Geografia, da Matemática, das Artes Plásticas. Os conteúdos elencados são de três naturezas: conteúdos relacionados aos conhecimentos ou ao saber (conteúdos conceituais); conteúdos relacionados aos procedimentos ou ao saber fazer (conteúdos procedimentais); conteúdos relacionados aos valores, normas e atitudes, ao ser/conviver (conteúdos atitudinais), conforme aponta Coll (1987).

11. FILOSOFIA DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski tem por objetivo o desenvolvimento do ensino voltado para a comunidade local, visando a educação fundamental e a vida cidadã, onde o aluno aprende os conhecimentos comuns. O educando deve ser compreendido como ser que se realiza no tempo e no espaço, construindo sua identidade como cidadão capaz, responsável e solidário em relação a si próprio, a sua família e a comunidade.

12. METODOLOGIA

Numa tendência progressista “crítico-social dos conteúdos”, a metodologia não é neutra e existe questionamento de conteúdo (saber, conhecimento). As formas e técnicas são importantes, bem como a abordagem dos conteúdos.

A metodologia histórico crítica é importante por ser a construção mediadora entre contexto social e contexto educacional. Caminha em busca das contradições e não se apropria delas já elaboradas e prontas. O cotidiano é o ponto de partida para superação.

O papel da escola, nesta concepção, é o de socialização do saber sistematizado. Pretende que o domínio de instrumentos culturais e científicos, consubstanciados no saber elaborado auxilie no conhecimento e compreensão das realidades sociais, favorecendo a atuação dos indivíduos na luta pela transformação social. A difusão de conteúdo é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de

apropriação do saber. Bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos escolares básicos que tenham ressonância na vida dos alunos.

A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdo e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Os conteúdos de ensino são culturais universais, incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face às realidades sociais. Não basta que os conteúdos sejam apenas ensinados, ainda que bem ensinados; é preciso que se liguem, de forma indissociável, à sua significação humana e social. A postura da pedagogia “dos conteúdos” ir do saber ao engajamento político.

Como educadores, lutamos para recuperar o ensino de modo a torná-lo concreto, interessante, que vá ao encontro dos interesses do aluno, que considere sua cultura, sua capacidade de tentar mudar alguma coisa, e sua realidade para a produção de conhecimentos.

Nesse ponto, o conflito é fundamental para estimular a crítica e expor as contradições no sistema educacional, com estratégia política que vise a mudança social através da conscientização.

Assim, o homem passa a criar a cultura na medida em que, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre ela e dá respostas aos desafios que encontra.

A questão do saber também levantará, juntamente com a da cultura e dos conteúdos, em que o saber é a manifestação da cultura. É um dos produtos da ação transformadora do homem sobre a natureza e as relações sociais. A aquisição do saber é uma necessidade humana que possibilita a ampliação das capacidades humanas para o desenvolvimento da atividade humana, material e social.

Provocar nos professores a necessidade de dominar conhecimentos e teorias, a partir do desafio de dar conta das dificuldades de aprendizagem dos alunos, já traz em si alguns pressupostos da maior importância para a perspectiva histórico-social:

- que a finalidade principal do processo de ensino é dirigir a aprendizagem para assegurar uma efetiva apropriação do saber escolar;
- que as dificuldades de aprendizagem não são uma “incompetência” do aluno, mas o produto de determinadas condições que podem ser alteradas;
- que o professor pode ser o principal sujeito de sua própria formação, na medida em que for capaz de tomar sua prática como objeto de reflexão crítica.

É importante ressaltar que a problematização não se limita a constatar as dificuldades de aprendizagem que o professor espontaneamente identifica no aluno, mas implica uma análise conjunta com o professor que contribua para alterar a própria visão que possui a respeito das dificuldades do aluno.

Nesse processo de problematização, o debate entre professores é de vital importância, uma vez que no confronto de visões opostas, os interlocutores atuam como mediadores entre cada professor e os problemas, sobre os quais se está refletindo, possibilitando a criação do que Vygotsky denominou zona de desenvolvimento próximo, ou seja, cada professor no grupo poderá elaborar análises que não elaboraria sozinho e, a partir disso, realizar atividades que promovam e consolidem novos patamares de desenvolvimento intelectual. Note-se que esse resultado não decorre de modo natural, da interação e do diálogo entre os professores, mas depende do objeto e da forma dessa reflexão e desse diálogo. Se não se toma como ponto de partida da reflexão os problemas essenciais da prática pedagógica, a interação entre professores pode se deteriorar em bate-papo, sem maiores consequências para um avanço do trabalho docente. A perspectiva histórico-social concebe a aprendizagem em termos de uma relação complexa de mediação das relações sociais (mais amplas e mais imediatas) na atividade do sujeito sobre objetivações, bem como de mediação dessas objetivações na comunicação e nas atividades coletivas.

Os métodos de ensino devem visar a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos, e que estes possam reconhecer nos conteúdos o auxílio ao seu esforço de compreensão da realidade (prática social).

Uma aula começa pela constatação da prática real, havendo, em seguida, a consciência dessa prática no sentido de referi-la aos termos do conteúdo proposto, na forma de um confronto entre a experiência e a explicação do professor. Vale dizer: vai-se da ação à compreensão e da compreensão à ação, até a síntese. O que não é outra coisa senão unidade entre a teoria e a prática.

Na relação entre professor-aluno o conhecimento resulta de trocas que se estabelecem na interação entre o meio (natural, social, cultural) e o sujeito, sendo o professor o mediador, então a relação pedagógica consiste no provimento das condições em que professores e alunos possam colaborar para fazer progredir essas trocas.

O aluno, com sua experiência imediata num contexto cultural, participa na busca da verdade, ao confrontá-la com os conteúdos e modelos expressos pelo professor. O professor buscará despertar outras necessidades, acelerar e disciplinar, exigir o esforço do aluno, propor conteúdos e modelos compatíveis com suas experiências vividas, para que o aluno se mobilize para uma participação ativa.

O grau de envolvimento na aprendizagem depende tanto da prontidão e disposição do aluno, quanto do professor e do contexto da sala de aula. Aprender, dentro da visão da pedagogia dos conteúdos é desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência. Em consequência, admite-se o princípio da aprendizagem significativa que supõe, como passo inicial, verificar aquilo que o aluno

já sabe. O professor precisa saber (compreender) o que os alunos dizem ou fazem, o aluno precisa compreender o que o professor procura dizer-lhe. A transferência da aprendizagem se dá a partir do momento da síntese, isto é, quando o aluno supera sua visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora.

A **metodologia** prima pela dinâmica, pela relação com o cotidiano (tematização do currículo), pela interdisciplinaridade, pela participação ativa e efetiva do aluno na construção de aprendizagens significativas, pelo trabalho individual e coletivo-participativo, pela interação e cooperação como instrumento de desenvolvimento, pela consideração da diversidade, pela consideração dos interesses e motivações dos alunos, pela consideração da bagagem cultural.

Resulta com clareza, que o trabalho escolar precisa ser avaliado, não como julgamento definitivo e dogmático do professor, mas como uma comprovação para o aluno do seu progresso em direção a noções mais sistematizadas.

A fundamentação teórica que dá suporte aos conceitos anteriormente referidos considera as teorias de Piaget, Vygotsky, Wallon, Ausubel, Paulo Freire, Vergnaud, Cesar Coll, Jussara Hoffmann, Celso Vasconcelos, Howard Gardner, dentre outros.

O Ensino Fundamental, conforme preconiza a Lei 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- em seu Art.32, "...terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:"

- I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A Proposta Pedagógica do município de Itapuca, e referenciais curriculares atuais (PCNs, PRC, BNCC, REFERENCIAL MUNICIPAL CURRICULAR), apontam, ainda, como objetivos do Ensino Fundamental, a serem trabalhados pelas diferentes áreas do conhecimento, oportunizando que os alunos sejam capazes de:

- Compreender-se como cidadãos que são sujeitos coletivos, autônomos, participativos, solidários, cooperativos, possuidores de direitos e deveres políticos, civis e sociais, que repudiam injustiças e discriminações, que respeitam e fazem-se respeitar, relacionando-se e exercendo a cidadania e a democracia;

- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento produzido pelo outro, considerando o outro como seu igual em potencialidades e capacidades, utilizando o diálogo argumentativo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas, fundamentadas.

- Desenvolver o autoconhecimento, a criatividade, a autoestima, a sensibilidade e a afetividade, baseado no bem-estar e no diálogo, para agir com persistência na busca do conhecimento;

- Considerar-se sujeito e agente de sua história, vivenciando ou respeitando os valores instituídos socialmente pelos grupos sociais com os quais convive (família, grupo religioso, grupos sócios recreativos);

- Entender-se como ser transcendente, parte integrante do universo, que reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos na construção de um mundo mais equilibrado;

- Identificar e valorizar a multiculturalidade, patrimônio sócio cultural brasileiro, rio-grandense, Itapuquense e latino-americano, superando os preconceitos de classe social, de crença, de gênero, de raça, de etnia e características individuais, reconhecendo à herança cultural a contribuição das etnias, especialmente da italiana, para a construção do município;

- Reconhecer-se integrante do ambiente, compreendendo a inter-relação entre seus elementos, nas dimensões ecológicas, social, política, enquanto coparticipante do processo de melhoria da qualidade de vida;

- Apreender os fenômenos do mundo sobrenatural em diferentes espaços e tempos, buscando explicações científica de forma significativa, avaliando as transformações que o ser humano historicamente impõe à natureza, utilizando-se, para isso, de conhecimentos científicos;

- Conhecer, no contexto internacional, o Brasil, o Rio Grande do Sul, o município de Itapuca e a família, nas dimensões histórica, social, espacial, política, material e cultural e, a partir do sentimento de pertencimento, fortalecer a identidade nacional e a valorização da integração latino-americana;

- Valer-se das linguagens expressivas- verbais, matemática, gráfica, plástica e corporal- para expressar e comunicar suas ideias, sentimentos e valores, interpretando, questionando, ressignificando e apropriando-se das produções culturais;

- Utilizar a Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita para resolver problemas da vida cotidiana, tendo acesso aos bens culturais e participar plenamente do mundo letrado- condições essenciais para o exercício afetivo da cidadania;

- Apropriar-se dos fundamentos de uma língua estrangeiras moderna como meio de iniciar-se na integração com o mundo e com a América Latina;

- Valer-se do conhecimento da lógica matemática, identificando, analisando e abstraindo através de situações-problema numa relação do sujeito com o mundo real, interpretado e construído em diferentes linguagens;

-Apropriarem-se das inovações científico-tecnológicas, fontes geradoras do conhecimento, necessárias para a incorporação do sujeito na vida contemporânea e no mundo do trabalho;

- Reconhecer-se como corpo que age, aprende, vive, interage, desenvolve-se, adapta-se e deseja, assumindo com responsabilidade a sua saúde e bem estar e dos demais;

- Reconstruir os conhecimentos adquiridos de forma a interagir dialogicamente com o seu meio, gerando e/ ou resolvendo situações-problemas relevantes;

12.1- Das aulas Remotas e ou Ensino Híbrido:

Em tempos de Pandemia em que for decretado Isolamento Social a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski adotará sistema de Ensino Remoto ou Híbrido, conforme exigências dos órgãos competentes ou aquele decretado pela administração Municipal. Respeitando sempre as 800 horas-aulas exigidas pela legislação vigente.

13. ÁREAS DO CONHECIMENTO

Língua Portuguesa

- Utilizar-se da Língua Portuguesa nas modalidades oral e escrita para resolver problemas da vida cotidiana; ter acesso aos bens culturais e participar plenamente do mundo letrado.

- Vivenciar as quatro experiências básicas na aprendizagem da língua: ouvir, falar, ler e escrever com competência e autonomia.

- Usar a linguagem oral, não só na esfera privada, mas especialmente em instancias públicas, observando sempre a adequação de usos para os diferentes contextos de comunicação e interação.

- Reconhecer e respeitar as diferentes variantes da língua falada nos diferentes grupos sociais como instrumento eficiente nas interações diárias;

- Compreender a leitura em suas diferentes dimensões- o dever de ler, a necessidade de ler e o prazer de ler;

- Tornar-se um produtor competente de textos escritos, especialmente usando variante padrão, para interagir na sociedade e afirmar-se como cidadão;

- Utilizar os conhecimentos adquiridos através da prática e da reflexão linguísticas para melhorar a produção oral e escrita;

- Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem;

- Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.

- Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo;

- Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos;

- Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao (s) interlocutor (es) e o gênero do discurso/gênero textual;

- Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticidade em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.

- Reconhecer o texto como o lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.

- Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho, etc.);

- Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura;

- Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais;

- Propiciar reflexões que favoreçam a formação integral do indivíduo reflexivo, ativo e responsável tendo em vista a construção de um mundo mais humanizado;

- Promover a análise de textos literários afro-brasileiros para a reflexão sobre conceitos e estereótipos acerca do negro;

- Garantir um ambiente escolar compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica;
 - Ampliar o repertório narrativo ao conhecer lendas e contos africanos.
 - Despertar o interesse dos estudantes pela ciência, pela investigação e pelo uso responsável da tecnologia;
 - Promover o uso consciente das tecnologias digitais como ferramentas de apoio ao aprendizado e à comunicação;
 - Desenvolver competências científicas e tecnológicas desde os anos iniciais da educação básica;
 - Contribuir para a formação de cidadãos preparados para os desafios do mundo contemporâneo e para o mercado de trabalho;
 - Cumprir as diretrizes da Lei nº 13.005/2014 (PNE), integrando ciência e tecnologia aos objetivos educacionais nacionais.

Arte (6º ao 9º ano)

- Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas e em diferentes matrizes estéticas e culturais, de modo a ampliar a experiência com diferentes contextos e práticas artístico-visuais e cultivar a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.
 - Pesquisar e analisar diferentes estilos visuais, contextualizando-os no tempo e no espaço.
 - Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais (cinema, animações, vídeos etc.), gráficas (capas de livros, ilustrações de textos diversos etc.), cenográficas, coreográficas, musicais etc.
 - Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento etc.) na apreciação de diferentes produções artísticas.
 - Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.).
 - Desenvolver processos de criação em artes visuais, com base em temas ou interesses artísticos, de modo individual, coletivo e colaborativo, fazendo uso de materiais, instrumentos e recursos convencionais, alternativos e digitais.
 - Dialogar com princípios conceituais, proposições temáticas, repertórios imagéticos e processos de criação nas suas produções visuais.

-Diferenciar as categorias de artista, artesão, produtor cultural, curador, designer, entre outras, estabelecendo relações entre os profissionais do sistema das artes visuais.

-Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança, reconhecendo e apreciando composições de dança de artistas e grupos brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas.

-Explorar elementos constitutivos do movimento cotidiano e do movimento dançado, abordando, criticamente, o desenvolvimento das formas da dança em sua história tradicional e contemporânea.

-Experimentar e analisar os fatores de movimento (tempo, peso, fluência e espaço) como elementos que, combinados, geram as ações corporais e o movimento dançado.

-Investigar e experimentar procedimentos de improvisação e criação do movimento como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.

-Investigar brincadeiras, jogos, danças coletivas e outras práticas de dança de diferentes matrizes estéticas e culturais como referência para a criação e a composição de danças autorais, individualmente e em grupo.

-Analisar e experimentar diferentes elementos (figurino, iluminação, cenário, trilha sonora etc.) e espaços (convencionais e não convencionais) para composição cênica e apresentação coreográfica.

-Discutir as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola e em outros contextos, problematizando estereótipos e preconceitos.

-Analisar criticamente, por meio da apreciação musical, usos e funções da música em seus contextos de produção e circulação, relacionando as práticas musicais às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.

-Explorar e analisar, criticamente, diferentes meios e equipamentos culturais de circulação da música e do conhecimento musical.

-Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.

-Identificar e analisar diferentes estilos musicais, contextualizando-os no tempo e no espaço, de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética musical.

-Explorar e analisar elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de recursos tecnológicos (games e plataformas digitais), jogos, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musicais.

-Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas de composição/criação, execução e apreciação musical, reconhecendo timbres e características de instrumentos musicais diversos.

-Explorar e identificar diferentes formas de registro musical (notação musical tradicional, partituras criativas e procedimentos da música contemporânea), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual.

-Explorar e criar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, convencionais ou não convencionais, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.

-Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas, investigando os modos de criação, produção, divulgação, circulação e organização da atuação profissional em teatro.

-Identificar e analisar diferentes estilos cênicos, contextualizando-os no tempo e no espaço de modo a aprimorar a capacidade de apreciação da estética teatral.

-Explorar diferentes elementos envolvidos na composição dos acontecimentos cênicos (figurinos, adereços, cenário, iluminação e sonoplastia) e reconhecer seus vocabulários.

-Pesquisar e criar formas de dramaturgias e espaços cênicos para o acontecimento teatral, em diálogo com o teatro contemporâneo.

-Investigar e experimentar diferentes funções teatrais e discutir os limites e desafios do trabalho artístico coletivo e colaborativo.

-Experimentar a gestualidade e as construções corporais e vocais de maneira imaginativa na improvisação teatral e no jogo cênico.

- Compor improvisações e acontecimentos cênicos com base em textos dramáticos ou outros estímulos (música, imagens, objetos etc.), caracterizando personagens (com figurinos e adereços), cenário, iluminação e sonoplastia e considerando a relação com o espectador.

-Relacionar as práticas artísticas às diferentes dimensões da vida social, cultural, política, histórica, econômica, estética e ética.

-Analisar e explorar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.

-Analisar aspectos históricos, sociais e políticos da produção artística, problematizando as narrativas eurocêntricas e as diversas categorizações da arte (arte, artesanato, folclore, design etc.).

-Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.

-Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável;

- Conhecer e reconhecer o surgimento da arte Africana dentro de um contexto artístico/cultural/pedagógico com a Interferência da Mídia;
- Proporcionar a compreensão e a aquisição das linguagens artísticas como: O teatro, a música, a dança, o desenho, a escultura, da escultura e a pintura;
- Contextualizar a representação da figura humana na história, como também conhecer o folclore e suas manifestações artísticas;
- Possibilitar que o aluno se expresse através do desenho, música, do teatro, da escultura, da arquitetura, da dança e da pintura;
- Valorizar a cultura dos povos africanos na sua essência;

Arte (1º ao 5º ano)

- Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.
- Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).
- Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.
- Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
- Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.
- Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.
- Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, artistas, artesãos, curadores etc.).
- Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal.
- Estabelecer relações entre as partes do corpo e estas com o todo corporal na construção do movimento dançado.
- Experimentar diferentes formas de orientação no espaço (deslocamentos, planos, direções, caminhos etc.) e ritmos de movimento (lento, moderado e rápido) na construção do movimento dançado.

-Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.

-Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios. (EF15AR13).

-Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial, aqueles da vida cotidiana.

-Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.

-Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados.

-Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.

-Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.

-Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações do teatro presentes em diferentes contextos, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional.

-Descobrir teatralidades na vida cotidiana, identificando elementos teatrais (variadas entonações de voz, diferentes fisicalidades, diversidade de personagens e narrativas etc.).

-Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais.

-Exercitar a imitação e o faz de conta, ressignificando objetos e fatos e experimentando-se no lugar do outro, ao compor e encenar acontecimentos cênicos, por meio de músicas, imagens, textos ou outros pontos de partida, de forma intencional e reflexiva.

-Experimentar possibilidades criativas de movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos.

- Conhecer e reconhecer o surgimento da arte Africana dentro de um contexto artístico/cultural/pedagógico com a Interferência da Mídia;
- Proporcionar a compreensão e a aquisição das linguagens artísticas como: O teatro, a música, a dança, o desenho, a escultura, da escultura e a pintura;
- Contextualizar a representação da figura humana na história, como também conhecer o folclore e suas manifestações artísticas;
- Possibilitar que o aluno se expresse através do desenho, música, do teatro, da escultura, da arquitetura, da dança e da pintura;
- Valorizar a cultura dos povos indígenas e africanos na sua essência;
- Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas;
- Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais;
- Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas;
- Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc.) nos processos de criação artística;
- Promover a integração entre escola, família e comunidade, fortalecendo os vínculos de cooperação mútua para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes.

Educação Física

A Educação Física deverá proporcionar ao aluno:

- Compreender os significados do movimento corporal humano, trabalhando-o em todas as suas potencialidades e significações para o desenvolvimento da corporeidade.
- Vivenciar e estabelecer relações entre os diferentes padrões corporais, considerando a dimensão ética e não apenas a estética de um determinado momento histórico, posicionando-se criticamente frente aos padrões estabelecidos pela mídia;
- Participar de atividades estabelecendo relações equilibradas e construtiva consigo ou com os outros, desenvolvendo a autoestima, respeitando as características físicas e de desempenho sem discriminações e preconceitos;

- Conhecer, analisar, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil, do Rio Grande do Sul e do município de Itapuca, percebendo-a como um recurso valioso para integração entre as pessoas e entre diferentes grupos sociais e étnicos, manifestados através da dança, dos jogos e dos esportes.

- Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os como significativos sobre a saúde individual e coletiva;

-Incorporar o jogo, o movimento, o prazer e a alegria ao conjunto da vida escolar, aproveitando e adaptando espaços próprios e comunitários que sejam adequadas às práticas e à realidade escolar;

- Perceber a Educação Física como possibilidade de Escola prazerosa e dinâmica;

- Reconhecer e valorizar a identidade história e cultura dos afro-brasileiros, garantindo a igualdade e valorização das raízes africanas da nação brasileira;

- Desenvolver atividades de pesquisa identificando jogos, brincadeiras e danças de origem ou descendência africana e Indígena;

- Desenvolver atividades artísticas-corporais através de dança, jogos e brincadeiras de Origem indígena e africana, possibilitando a valorização destas para com a Cultura brasileira;

- Valorizar o brincar como linguagem essencial e fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança_ físico, cognitivo, emocional, social e cultural.

Ciências

- Proporcionar situações de aprendizagem que levem o indivíduo à construção de conhecimentos que encaminhem para atitudes de respeito à vida e a preservação do ambiente;

- Transcender a visão antropocêntrica de mundo, visando a melhoria da qualidade de vida e a garantia do desenvolvimento sustentável;

-Promover a conscientização e o desenvolvimento de práticas sustentáveis entre os educandos, formando cidadãos responsáveis e engajados com a preservação do meio ambiente;

-Abordar o tema Prevenção ao uso/consumo de drogas, oferecendo informações e orientações para melhores escolhas, sensibilização e valores de vida;

- Possibilitar o desenvolvimento de potencialidades que enfatizem atitudes inerentes à área científica, tais como, observação, investigação crítica de forma a ampliar o conhecimento para a solução de problemas cotidianos;

- Incentivar a busca de informações para acompanhar o progresso da ciência e da tecnologia, avaliando-o e criticando-o de forma a possibilitar o exercício da cidadania;

- Promover ações que permitam a prevenção/manutenção da saúde, tanto individual como coletiva;

- Compreender que existe interdependência entre as diferentes áreas do conhecimento, provocando transformações na educação;

- Proporcionar condições para formação de um indivíduo com autoestima, responsável e construtivo, capaz de respeitar a opinião e o conhecimento produzido pelo outro;

- Estabelecer situações que incentivem vivências solidárias, participativas e cooperativas;

-Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico;

-Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

-Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza;

-Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.

-Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

-Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

-Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

-Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade,

resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários;

- Proporcionar estudos, identificando a África, berço da humanidade, como o local de surgimento de várias atividades importantes, como a fundição do ferro e a agricultura;

- Identificar e valorizar as contribuições indígenas para com as atividades agrícolas (plantio e colheita de várias culturas) e de subsistência (atividade de caça e pesca) no Brasil;

- Promover hábitos alimentares adequados a fim de melhorar a saúde e o bem-estar dos educandos, contribuindo para o seu desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar;

- Explicar o que é a Lei Lucas, sua origem e importância para a segurança no ambiente escolar, conscientizando os educandos sobre os riscos de acidentes comuns e maneiras de evitá-los (engasgos, quedas, cortes...)

Matemática

O ensino da Matemática aponta como objetivos:

- Promover a construção integrada dos conhecimentos matemáticos, desenvolvendo nos alunos o pensamento lógico, o espírito investigativo, crítico e criativo através da resolução de situações-problema, tornando-os autônomos, corresponsáveis por sua formação intelectual, social e moral, capacitando-os a continuar a aprender, visando a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

- Possibilitar aos alunos a vivências de situações de aprendizagem que promovam:

- a) Construção do conceito de número e compreensão do Sistema de Numeração Decimal;

- b) Compreensão do significado das operações e uso adequado das habilidades de cálculo, na solução de situações do cotidiano;

- c) Compreensão das relações entre espaços lineares, de superfície e de volume;

- d) Utilização da linguagem matemática;

- e) Incentivo à curiosidade e ao desenvolvimento da consciência crítica, na busca de novos conhecimentos;

- f) Realizações de interferências, a partir da relação entre grandezas analisadas em gráficos e tabelas;

- g) Disposição para o uso de recursos tecnológicos atuais;

- h) Encarar a matemática de uma maneira mais natural, para que ele seja capaz de construir o seu próprio conhecimento matemático;
- i) Perceber que o estudo da matemática nos leva a evoluir como cidadãos, conseguir compreender melhor tudo o que acontece em nosso planeta, ampliando assim a nossa visão de mundo;
- j) Desenvolver o seu raciocínio lógico e estimular a sua curiosidade;
- k) Interligar o estudo da matemática com seu cotidiano, perceber a presença da matemática em tudo que fizermos;
- l) Desenvolver e resolver situações-problemas, criando e elaborando técnicas de resolução válidas no encontro das soluções;
- m) Interagir todas as vertentes da matemática, ou seja, ver relações entre a geometria e a álgebra, entre as quatro operações e os números;
- n) Saber comunicar matematicamente, ou seja, utilizar corretamente os símbolos;
- o) Interpretar tabelas e gráficos com dados relacionados ao tema estudado: Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena;
- p) Confeccionar tabuleiro de jogo de origem africana, com figuras geométricas, estabelecendo medidas e vértices;
- q) Desenvolver atividade de pesquisa sobre dados e estatísticas referente ao assunto;
- r) Promover a Educação para o Consumo consciente, formando cidadãos críticos, responsáveis e éticos, capazes de refletir sobre seus hábitos de consumo e seus impactos sociais, econômicos e ambientais;
- s) Abordar o tema Educação Financeira capacitando os alunos com conhecimentos e habilidades para gerenciar suas finanças de forma eficaz, promovendo a tomada de decisões conscientes sobre dinheiro e consumo ao longo da vida;
- t) Possibilitar atividades sobre a Educação Fiscal formando cidadãos conscientes, responsáveis e críticos em relação aos tributos, ao uso dos recursos públicos e ao exercício da cidadania;
- u) Desenvolver mecanismos de inserção das crianças e adolescentes no mundo digital, possibilitando o acesso a informações atualizadas, em tempo real, contribuindo assim para a formação do senso crítico dos mesmos;

Geografia

A Geografia, no Ensino Fundamental, tem por objetivo proporcionar ao aluno:

- Compreensão e a representação da relação dialética entre a sociedade e a natureza na organização e transformação do espaço geográfico suas desigualdades e contradições, bem como as relações entre o espaço local e outras escalas espaciais.

- A formação de uma consciência crítica responsável e transformadora quanto aos diferentes aspectos (políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais) do espaço em que vive (localidade, município), percebendo-se como pertencente e participante desta realidade, construindo sua identidade e entendendo seu papel histórico-cultural;

- A problematização da realidade, materializada nos lugares e nas inter-relações entre os lugares; o respeito às diferenças socioculturais e à natureza; e a proposição de alternativas como cidadão crítico e atuante.

Incluem-se ainda, como objetivos norteadores do fazer pedagógico em Geografia.

- Construir os conceitos básicos em Geografia, para cada nível de escolaridade, de forma significativa;

- Analisar a realidade concreta, identificando os elementos e as relações que organizam o espaço geográfico, na sua história e evolução, destacando os processos atuais de transformação tecnológica, social, cultural, política e ambiental;

- Trabalhar os conceitos de localização, orientação, proporção e representação que permitam a leitura e compreensão da linguagem codificada de mapas, em como a utilização desta linguagem para a representação de informações geográficas;

- Desenvolver a autonomia e a responsabilidade do educando através de atividades diversas;

- Reconhecer as diversidades presentes no espaço geográfico, desenvolvendo atitudes de atenção e comprometimento frente às desigualdades e desequilíbrios socioambientais;

- Identificar a diversidade étnica, social ou cultural, respeitando-a, valorizando-a e rejeitando projetos e atitudes de cunho discriminatório;

- Localizar em mapas o caminho geográfico, feito da África para o Brasil;

- Destacar as contribuições dos povos afro para a economia brasileira;

- Promover a conscientização sobre os riscos no trânsito, a importância das regras e sinalizações, identificando valores como o respeito, a empatia e colaboração;

- Formar cidadãos conscientes, responsáveis e seguros em relação ao uso das vias públicas;

História

O aluno, ao final do Ensino Fundamental, deverá ter plenas condições de pensar de maneira crítica e historicamente a sociedade em que vive, percebendo seu contexto social enquanto resultado

de uma construção histórica da qual ele também é agente. A consciência histórica e a ciência de seu papel enquanto sujeito histórico são objetivos fundamentais dessa disciplina.

Deverá também compreender a realidade histórica em que vive, situando-se e atuando no seu grupo social e nas múltiplas regiões em que esse sujeito se insere, sejam elas políticas, econômicas ou culturais. Que o estudante seja capaz de estabelecer relações entre os diferentes tempos históricos e as distintas sociedades humanas a fim de melhor compreender o passado e o tempo presente.

Para isso os alunos deverão ser capazes de:

- Reconhecer no seu tempo e espaço as relações socialmente produzidas (de poder, de trabalho, de expressão e manifestação cultural e outras) e que caracterizam os seus modos de vida.

- Valorizar o patrimônio cultural local, legado pelos grupos étnicos que colonizaram a região e os povos indígenas originários, respeitando a diversidade sociocultural.

- Reconhecer e preservar as fontes de investigação histórica - iconografias, documentos escritos, a história oral e utilizá-las de maneira prática no processo de investigação histórica.

- Estabelecer semelhanças e diferenças dos diferentes modos de vida nos diferentes tempos e espaços;

- Compreender as noções de tempo, distinguindo os diferentes ritmos de duração temporal, localizando os fatos no contexto histórico;

- Posicionar-se criticamente frente aos fatos sociais, questionando a realidade, identificando problemas e buscando soluções;

- Reconhecer que o conhecimento histórico faz parte de um conjunto interdisciplinar que lhe permite conhecer e refletir sobre o seu tempo e a sua história.

- Identificar e analisar de forma crítica os elementos geradores das diferenças, objetivando o combate ao preconceito, ao racismo e a exclusão que tanto os negros e indígenas sofreram ao longo da história do Brasil.

- Possibilitar a construção de “nós” entre a cultura africana e indígena, de uma história e de uma identidade, possibilitando a releitura e a valorização das mesmas.

- Compreender a cultura trazida ao Brasil pelos africanos e que aqui se reconstruiu, compondo a cultura afro-brasileira;

- Proporcionar, por meio da história a discussão sobre um conjunto de questões e valores que integram a temática afro-brasileira;

- Valorizar a diversidade cultural como elemento fundamental para a formação da identidade dos alunos e da comunidade escolar;

- Promover o respeito às diferentes manifestações culturais, incentivando a convivência democrática e a empatia;
- Desenvolver uma consciência crítica sobre preconceitos, estereótipos e discriminações relacionados às culturas diferentes;
- Reconhecer, valorizar e promover a pluralidade cultural como elemento formador da identidade individual e coletiva, contribuindo para uma educação que respeita as diferenças e combate todas as formas de preconceito e discriminação;
- Compreender o trabalho como parte da vida social e cultural, reconhecendo sua importância na construção da sociedade, no desenvolvimento pessoal e na valorização da dignidade humana.

Ensino Religioso

O Ensino Religioso tem por objetivo:

- Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto escolar do educando e do educador;
- Subsidiar o educando com informações conscientes que permitam a manifestação de sua religiosidade de forma livre e autônoma;
- Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras;
- Valorizar a cultura dos povos africanos na sua essência;
- Desenvolver a corresponsabilidade pela vida social como compromisso individual e coletivo;
- Destacar as diferentes formas de racismo e discriminação através do resgate da memória cultural do povo negro;
- Estimular o respeito aos direitos humanos e exclusão de qualquer tipo de discriminação;
- Proporcionar um ambiente escolar seguro, acolhedor e propício ao aprendizado, onde todos se sintam respeitados e valorizados, com ênfase na prevenção e resolução pacífica de conflitos;
- Desenvolver práticas para a prevenção e combate a todas as formas de violência e intimidação sistemática, promovendo um ambiente escolar seguro, saudável e acolhedor para todos os alunos;
- Promover o respeito, a compreensão e a integração entre diferentes gerações, combatendo estereótipos e preconceitos relacionados à idade;

-Familiarizar alunos com seus direitos e deveres, capacitando-os para identificar violações, promovendo o respeito à diversidade e incentivando a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

-Desenvolver atividades promovendo a conscientização sobre a violência de gênero, a promoção da igualdade e respeito, a desconstrução de estereótipos, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e o fortalecimento da rede de apoio;

Língua Inglesa:

O ensino da Língua Inglesa aponta como objetivos:

- Ampliar, progressivamente, o conjunto de conhecimentos discursivos, semânticos, gramaticais e linguísticos envolvidos na construção dos sentidos do texto. Ampliando a capacidade de reconhecer as intenções do enunciado, estando apto a aderir ou a recusar as posições ideológicas sustentadas em seu discurso;

- Desenvolver a capacidade de aprendizagem do educando, possibilitando a livre expressão e clareza de pensamento, construção do conhecimento, desenvolvimento de habilidades, atitude e valores que lhe permitam a inserção, de forma participativa, na comunidade em que vive;

- Valorizar a aprendizagem de uma Língua Estrangeira Moderna (LEM) como forma de ampliar a comunicação pessoal, a fim de comunicar-se com um universo maior e diversificado;

- Reconhecer os diferentes sentidos das palavras, de acordo com o contexto de uso;

- Compreender textos orais e escritos de cunho informativo/jornalístico (construir o sentido global de textos orais relacionando suas partes, o assunto principal e as informações relevantes- como notícias, informes de trânsito, previsão do tempo, dentre outros- no presente, passado e/ou futuro);

- Compreender e apreciar pequenos textos em Língua Inglesa, tais como: Tirinhas, Histórias em quadrinhos (como forma de apropriar-se da literatura estrangeira);

- Identificar através de textos as funções e usos da Língua Inglesa: persuasão, além da identificação dos argumentos principais e as evidências/ exemplos que os sustentam;

-Trabalhar o tema Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena utilizando os princípios norteadores da Língua Inglesa: ler, ouvir, escrever e falar e diversos gêneros textuais; trabalhando estas estruturas de forma a compor as situações reais e concretas de comunicação, aproximando o aluno da língua estrangeira de forma lúdica e prática; visando um maior aprendizado. Objetiva-se trabalhar de forma interdisciplinar.

Atendimento Educacional Especializado:

O ensino de AEE aponta como objetivos:

- Desenvolver a capacidade de aprendizado do educando, possibilitando a livre expressão, clareza de pensamento, construção do conhecimento, desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores que lhe permitam a inserção social, de forma participativa na comunidade em que vive.
- Propor ações educativas que possam atender às necessidades reais dos educandos.
- Sensibilizar os demais docentes da importância da educação inclusiva e através de recursos tecnológicos pedagógicos e outros recursos.
- Buscar reduzir os problemas e dificuldades de aprendizagem dos alunos.
- Desenvolver diferentes atividades para complementar e/ou suplementar a formação dos alunos, através da Sala de Recursos e nos demais espaços escolares, fazendo com que esses alunos se integrem cada vez mais a nossa escola, preparando-os para terem cada vez mais autonomia, sendo pessoas atuantes e participativas da sociedade em que vivemos.
- Atuar em conjunto com os demais professores da turma.
- Fomentar atitudes que favoreçam práticas inclusivas através do exercício da solidariedade e respeito às diferenças.

14. METAS

A partir desta longa caminhada de reflexões, a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Claudir Caproski, estabelece suas Metas a serem estudadas e direcionadas.

14.1 VALORIZAR A ESCOLA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Ações:

- Participação efetiva na vida escolar do filho, por parte dos pais.
- Incentivar os filhos nos estudos e na disciplina.
- Projetos englobando escola, aluno e comunidade.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Corpo docente, equipe gestora e pais.

14.2 REIVINDICAR RECURSOS FÍSICOS E HUMANOS PARA A VALORIZAÇÃO DA ESCOLA PERANTE O PODER PÚBLICO

Ações:

- Encaminhar pedidos às autoridades competentes, com auxílio do C.P.M.
- Solicitar um auxiliar de serviços gerais para manutenção e zeladoria da escola.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Círculo de Pais e Mestres, equipe gestora e pais.

14.3 VALORIZAR AS RELAÇÕES DE: FAMÍLIA X EDUCANDO X ESCOLA

Ações:

- União entre pais, alunos e professores.
- Estudos para pais.
- Resgatar valores éticos, morais e humanos.
- Respeito mútuo (alunos x professores).
- Valorização dos professores.
- Atividades culturais, recreativas para incentivar a participação da família.
- Maior segurança na parte externa.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Comunidade escolar.

14.4 TRANSFORMAR A ESCOLA EM UM AMBIENTE SAUDÁVEL PARA: ALUNO – PROFESSOR – PAIS – COMUNIDADE

Ações:

- Ajuda dos pais em atividades para pintura, reparos, ação entre amigos e atividades extraclasse.
- Projetos e palestras educativas para pais e alunos.
- Escola aberta para diálogo receptivo aos pais e a comunidade.
- Promoções e passeios.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Comunidade escolar.

14.5 VALORIZAR OS PROFESSORES E OS FUNCIONÁRIOS

Ações:

- Formação Continuada de acordo com as necessidades escolares.
- Momentos de motivação e confraternização.
- Atividades culturais e recreativas.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Secretaria de Educação, equipe gestora e docentes.

14.6 DESENVOLVER O SENSO CRÍTICO E AUTONOMIA DOS ALUNOS

Ações:

- Aulas cooperativas.
- Projetos criativos.
- Através de trabalhos que desenvolvam a autonomia e a cidadania.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Professores e equipe gestora.

14.7 ENSINO E APRENDIZAGEM DE QUALIDADE

Ações:

- Aulas coerentes e planejadas.
- Comprometimento de todos.
- Parceria e inclusão das famílias.

Pessoas e/ou segmentos que irão realizá-las:

Professores e equipe gestora.

15. BUSCA ATIVA E SISTEMA FICAI

As famílias com crianças em idade escolar, matriculadas na EMEF João Claudir Caproski devem comunicar à unidade educativa sobre as faltas e justificá-las mediante apresentação de atestado médico. Caso isso não aconteça e a criança acumule 5 dias consecutivas de faltas ou 7 alternados no mês, a unidade educativa entrará em contato através da busca ativa, e posteriormente incluirá o nome da criança no sistema FICAI 4.0 que é uma plataforma digital que visa combater a

infrequência escolar, a evasão e o não acesso à educação por meio da comunicação e acompanhamento de alunos que estão fora da escola.

16 CÍRCULO DE PAIS E MESTRES (CPM)

O Círculo de Pais e Mestres (CPM) é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de apoio às ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, previsto na legislação educacional brasileira como parte dos mecanismos de gestão democrática do ensino público, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, especialmente em seu artigo 14.

A principal função do CPM é promover a integração entre a escola, a família e a comunidade, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa e da corresponsabilidade no processo educativo. Ele atua como espaço de diálogo e construção coletiva de decisões que envolvem o cotidiano escolar, com foco na melhoria da qualidade do ensino e na formação integral dos estudantes.

Entre as atribuições do Círculo de Pais e Mestres, destacam-se:

- Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Propor e apoiar ações que promovam o bem-estar dos alunos e o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade;
- Contribuir para a transparência na aplicação de recursos financeiros da unidade escolar;
- Apoiar eventos e projetos educativos, culturais e esportivos;
- Acompanhar e colaborar com a execução do plano de ação da escola, sugerindo ajustes quando necessário.

O CPM é composto por representantes dos pais, professores, equipe gestora e funcionários da escola, eleitos de forma democrática e com mandato definido em regimento próprio. Sua atuação representa um importante instrumento de construção coletiva do ambiente escolar, respeitando os princípios da equidade, participação e autonomia pedagógica.

A existência e atuação do Círculo de Pais e Mestres reforçam o compromisso da escola com a gestão democrática e com a formação cidadã de seus alunos, contribuindo para uma educação de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

17. AVALIAÇÃO

A avaliação é concebida como um processo contínuo que se faz mediante observações, registros, trabalhos diversos, relatórios, debates, memórias e outros.

Precisamos considerar a bagagem cultural do aluno, o meio em que ele está inserido, sua interação social, a organização, a responsabilidade e a autonomia, para que haja uma avaliação coerente.

No trimestre, assegurar a utilização de, no mínimo, três instrumentos avaliativos diferenciados (provas, trabalhos, pesquisas, produções, etc.), dependendo da carga horária da disciplina. Serão, também, considerados os aspectos formativos: autonomia, responsabilidade, assiduidade, cooperação, participação, relacionamento, disciplina, organização, comprometimento.

Os instrumentos servem para auto avaliação dos professores e para observar as dificuldades que os alunos apresentam. Conforme MELCHIOR:

A nota, o conceito ou parecer, não são determinantes dos problemas da avaliação, assim como da reprovação ou das frustrações dos alunos. No entanto, o uso que o professor, a escola e até mesmo os pais fazem desses resultados, podem influenciar na autoestima e na motivação dos alunos.

Em primeiro lugar, são necessárias reflexões e discussões sobre qual a importância da avaliação e, principalmente, sobre a finalidade que se atribui a ela. Se a avaliação não for realizada com o objetivo de auxiliar o professor a redirecionar sua ação pedagógica, o que implica no agir, imediatamente, sobre os resultados obtidos, tanto faz a forma de registro que ele use. (2003).

Os níveis de conhecimento dos alunos serão avaliados considerando o crescimento individual. Para os alunos especiais a proposta é atendimento individualizado, com o objetivo de incluir a todos.

Será feita: AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA, AVALIAÇÃO PROCESSUAL e CONTÍNUA. Acompanhamento do processo individual dos alunos ao longo do ano letivo será feito pelo professor e registrado no Diário de Classe. Além das avaliações internas a escola participará das avaliações externas, SAEB, SAERS, Programa Criança Alfabetizada e Alfabetiza Tchê. A avaliação deste PPP ocorrerá de forma contínua e processual. Sendo sistematizada em reuniões com: comunidade escolar, conselho(s) e coordenações, para que, sempre que necessário sejam redimensionadas suas ações. As adaptações e medidas corretivas serão possíveis, assim que novas exigências forem aparecendo, desde que fundamentadas no acompanhamento efetivo por parte de todos os segmentos envolvidos neste processo. Todos os instrumentos adotados para avaliação institucional servirão de base para nortear as ações e para verificar o progresso intelectual da clientela de forma global e do alcance dos objetivos e metas aqui propostos.

A Avaliação será mediante Parecer Descritivo ou nota conforme decisão da mantenedora, para todos os educandos, em tempos de Pandemia, quando for aplicado Ensino Remoto devido ao isolamento social.

18 BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2001.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

IÇAMI, Tiba. **Ensinar Aprendendo**. São Paulo: Ed. Gente, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública – A Pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MARÇAL, Juliane Côrrea. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?**, módulo III. Brasília: CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação.

MELCHIOR, Maria Celina. **Da avaliação dos saberes à construção de competências**. Porto Alegre: Premier, 2003.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Projeto Pedagógico**. Polígrafo – SMEC.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. Editora Cortez

REVISTAS: Mundo Jovem – Nº: 303, 305, 310, 312 / 2000-12-10.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 7/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

ROSSATO, Ricardo. **Século XXI: saberes em construção**. Passo Fundo: UPF, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SEED. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2015_sued_seed/ins..>. Acesso em: 29 maio 2019.

TIBA, Içami. **Adolescentes: quem ama, educa!** São Paulo: Integre Editora, 2005.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento – Cadernos Pedagógicos da Liberdade- 1**. São Paulo: Ed. Liberdade, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

ANEXOS

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – 1º AO 5º ANO

CURRÍCULO POR ATIVIDADES- 20 HORAS SEMANAIS- 800 HORAS ANUAIS			
LEGISLAÇÃO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	BASE NACIONAL COMUM E RMC	1º ao 5º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 9.394/96 • Lei 11.114/05 • Lei 11.274/09 • Res. 02/98 (CNE) • Res. Nº 07/10 (CNE) • Res. 04/09 (CNE) • Res. 05/09 (CNE) • Decreto nº 6949/08 • Resolução nº 02/01 (CNE) 	Linguagens	Língua Portuguesa	200h/a
		Arte	80h/a
		Educação Física	80h/a
	Matemática	Matemática	160h/a
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	80h/a
	Ciências Humanas	História	120h/a
		Geografia	40h/a
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	40h/a
Decreto nº 6.571\ 08	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Sala Multifuncional	20h\ a

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO

CURRÍCULO POR ATIVIDADES- 20 HORAS SEMANAIS - 800 HORAS ANUAIS			
LEGISLAÇÃO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	BASE NACIONAL COMUM	6º ao 9º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 9.394/96 • Lei 11.114/05 • Lei 11.274/09 • Res. 02/98 (CNE) • Res. Nº 07/10 (CNE) • Res. 04/09 (CNE) • Res. 05/09 (CNE) • Decreto nº 6949/08 • Resolução nº 02/01 (CNE) 	Linguagens	Língua Portuguesa	200h/a
		Língua Estrangeira (Língua Inglesa)	40h/a
		Arte	40h/a
		Educação Física	80h/a
	Matemática	Matemática	160h/a
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	80h/a
	Ciências Humanas	História	120h/a
		Geografia	40h/a
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	40h/a
	Decreto nº 6.571\08	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Sala Multifuncional